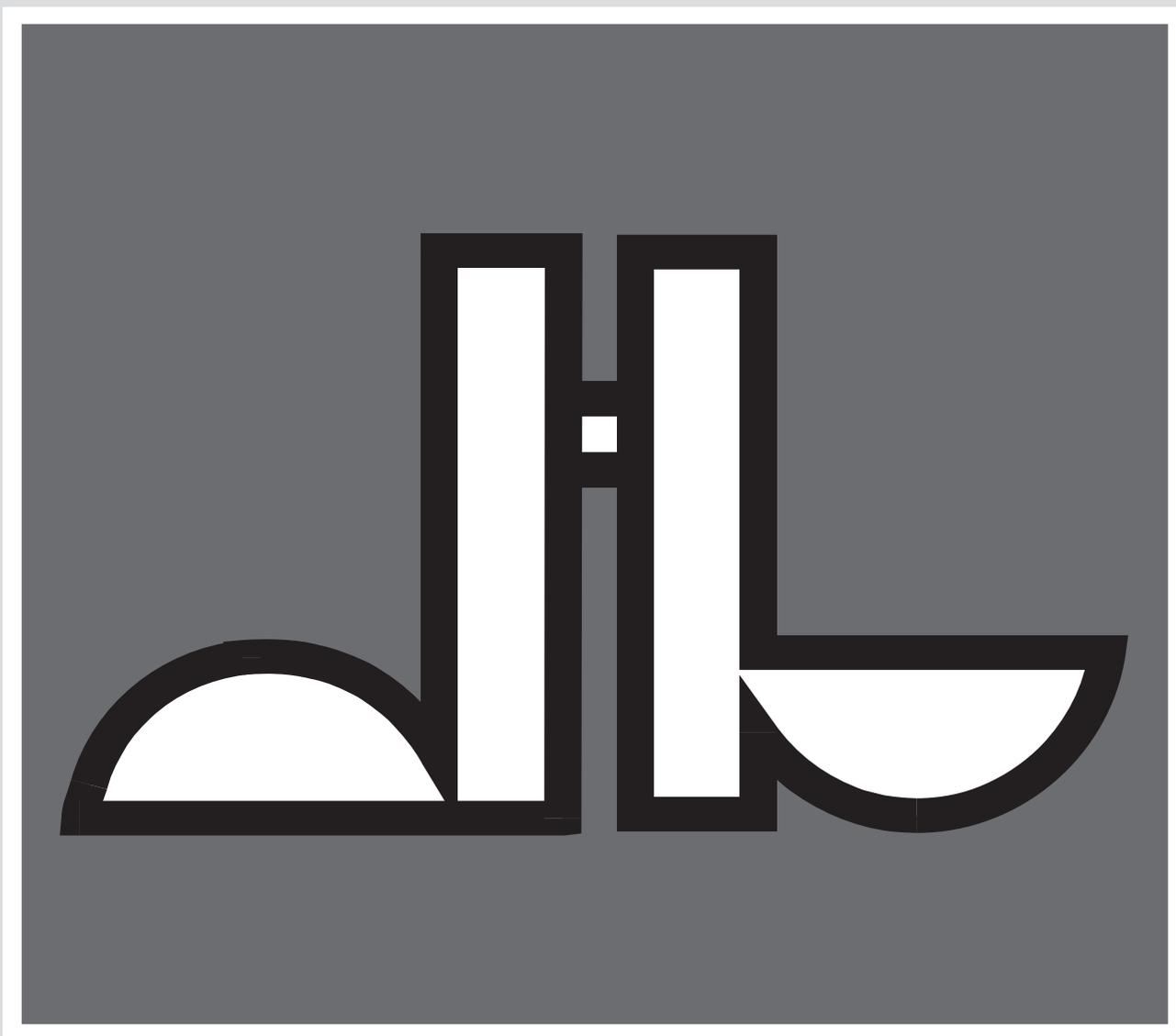




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

---

ANO LXIII - Nº 010 - QUINTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

---

# **MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

## **Presidente**

*Senador* **GARIBALDI ALVES FILHO** – PMDB – RN

## **1º Vice-Presidente**

*Deputado* **NARCIO RODRIGUES** – PSDB – MG

## **2º Vice-Presidente**

*Senador* **ALVARO DIAS** – PSDB – PR

## **1º Secretário**

*Deputado* **OSMAR SERRAGLIO** – PMDB – PR

## **2º Secretário**

*Senador* **GERSON CAMATA** – PMDB – ES

## **3º Secretário**

*Deputado* **WALDEMIR MOKA** – PMDB – MS

## **4º Secretário**

*Senador* **MAGNO MALTA** – PR – ES

# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

---

<b>1 – ATA DA 11ª SESSÃO CONJUNTA (SO- LENE), EM 11 DE JUNHO DE 2008</b>		Deputado Antonio Carlos Mendes Thame...	1128
1.1 – ABERTURA		Senadora Marina Silva.....	1129
<b>1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO</b>		Deputada Jusmari Oliveira.....	1133
Comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, nos termos do Requerimento nº 106, de 2008-CN, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e ou- tros senhores parlamentares.....	1116	Senadora Kátia Abreu.....	1135
<b>1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Efraim Morais)</b>		Senador José Nery .....	1141
<b>1.2.2 – Oradores</b>		Senador Papaléo Paes .....	1144
Carlos Minc (Ministro de Estado do Meio Am- biente).....	1118	Senador Flexa Ribeiro (art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal).....	1145
Senadora Serys Slhessarenko .....	1120	1.3 – ENCERRAMENTO	
Deputado Sarney Filho .....	1122	<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
Senador Fernando Collor.....	1123	<b>2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRES- SO NACIONAL</b>	
Deputada Rebecca Garcia.....	1125	<b>3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO- CIAL</b>	
Senador Renato Casagrande .....	1126	<b>4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL</b>	
		<b>5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>	

---

# Ata da 11ª Sessão Conjunta (Solene), em 11 de junho de 2008

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Efraim Morais,  
da Sra. Serys Slhessarenko, e do Sr. Augusto Botelho*

*(Inicia-se a sessão às 10 horas e 37 minutos e encerra-se às 14 horas e 9 minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Declaro aberta a sessão solene conjunta do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Convido a compor a Mesa o Exmo. Sr. Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente (*palmas*); o Exmo. Sr. Deputado Federal Sarney Filho, primeiro subscritor do requerimento de realização da presente sessão solene, pela Câmara dos Deputados (*palmas*); a Exma. Sra. Senadora Serys Slhessarenko, primeira subscritora do requerimento de realização da presente sessão solene, pelo Senado Federal (*palmas*); e o Exmo. Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin. (*Palmas.*)

É uma alegria poder contar também com a presença do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, o Deputado Osmar Serraglio.

Vamos ouvir, de pé, o Hino Nacional, interpretado pelo Coral da Escola das Nações, sob a coordenação das Sras. Mariângela Santos, Débora Duarte e Ana Maria Mair de Almeida.

*(É executado o Hino Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Vamos ouvir agora pelo Coral as seguintes músicas: *Promise Song*, do compositor Glover Robertson, e *Se depender de nós*, da compositora Jane Leitzke.

*(São executadas as músicas Promise Song e Se depender de nós. Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc; meu caro amigo e ex-companheiro de Câmara dos Deputados Deputado Sarney Filho; minha querida Senadora Serys Slhessarenko, em cujo nome cumprimento as outras Senadoras aqui presentes; meu também amigo e companheiro Deputado Osmar Serraglio, que aqui representa a Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin,

paraibano, portanto, meu conterrâneo; Srs. Embaixadores; minhas senhoras; meus senhores; meus caros Senadores e Senadoras.

A questão ambiental, até há pouco tema restrito a especialistas e visionários, ganhou, no espaço de menos de 3 décadas, contornos de prioridade mundial, posto no topo das agendas político-econômicas dos principais países do planeta. Ganhou até um dia especial para celebrá-la, e hoje cá estamos a fazê-lo, em sessão especial do Congresso Nacional.

Não se trata, como alguns ainda pensam, de tema de importância localizada, inerente aos países que ainda possuem natureza virgem. É bem mais amplo e envolve o dia-a-dia das pessoas, a economia dos países, a exclusão social, a saúde pública, em síntese, o bem-estar geral.

A emissão de gases tóxicos é tema fundamental ao modelo econômico-industrial vigente no planeta. Sabemos que algo de significativo terá que ser feito para reverter – se é que a reversão é possível – o quadro de desarranjo climático em voga.

Chuva ácida, aquecimento global, maremotos, terremotos, escassez de água e de alimentos, tudo isso que temos visto com assustadora frequência diz respeito à sobrevivência humana em nosso planeta, diz respeito ao meio ambiente. São, portanto, temas que impõem reflexão conjunta dos países, já que a todos dizem respeito.

Não podem, no entanto, tornar-se pretextos para que alguns países se arvoreem em juízes, se sintam compelidos a exercer tutela técnica, política, militar ou moral sobre os outros.

O Brasil, como sabemos, vive essa circunstância. Possui uma das áreas menos devastadas do planeta: a Amazônia. Sabemos que há desmatamento, que há manejo indevido do meio ambiente. Mas sabemos também que os países que hoje manifestam preocupação com a floresta amazônica são exatamente os que não souberam preservar, manejar seu patrimônio ambiental. Estabeleceram seu desenvolvimento sobre bases predatórias e querem hoje atribuir aos países

amazônicos a responsabilidade pelos desacertos ambientais do planeta.

O Brasil está, pois, diante de imenso desafio: manter-se soberano e beneficiário de seu pujante meio ambiente, sem, contudo, comprometê-lo. Esse deve ser o viés fundamental dessa reflexão que fazemos hoje sobre a questão ambiental.

Sou dos que procuram examinar essa complexa questão sem arroubos apocalípticos. Em entrevista à revista *Veja* desta semana, o climatologista norte-americano Patrick Michaels manifestou a posição conservadora do governo do seu país, que se recusou a assinar o Protocolo de Kyoto e se recusa a subscrever quantos compromissos conjuntos se fazem pela redução de gases tóxicos no planeta. Diz ele que não há motivos para temer o aquecimento global e que é inútil tentar reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Pergunta-se então o que se deve fazer? Vejam bem: ele não nega o aquecimento global, nem a emissão excessiva dos gases tóxicos. Sustenta, porém, que isso não é problema, nem ameaça a sobrevivência do planeta. Diz que há exageros. Que, por volta do ano 2100, a temperatura global estará apenas 1,7 grau acima da atual – e talvez nem tanto. Que o aumento da temperatura, proporcional à concentração de gás carbônico e ao impacto dos gases tóxicos de efeito estufa “*indica uma tendência de aquecimento constante, mas não crescente*”. Está, pois, na contramão das avaliações majoritárias, feitas também por técnicos renomados.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, minhas senhoras e meus senhores, constatamos aí que o que sabemos sobre os problemas ambientais que vivemos é ainda incipiente. Discute-se ainda o diagnóstico, embora a enfermidade ambiental do planeta já exiba seus efeitos a olhos vistos.

Não duvido que algo de errado se passa com o planeta. Seria cego se duvidasse. Mas desconfio dos que se valem dessa preocupação para semear paranoias e deter o desenvolvimento dos países periféricos, como o nosso, querendo impedi-los de usufruir de suas riquezas naturais, em nome do bem-estar geral.

O desenvolvimento sustentável tem sido buscado pelo Brasil, que há muito se preocupa com a defesa de seu meio ambiente.

Há desmatamento irregular na Amazônia, conforme é notório. Mas há também combate contra ele. Se é insuficiente – e sabemos que é –, não justifica a intromissão externa, até porque, em grande parte, é incentivada por demandas de outros países, sobretudo os do Primeiro Mundo, compradores cativos de madeira.

Quero que o Senado e a Câmara dos Deputados reflitam sobre essas questões, pois estão acima de interesses partidários, de questiúnculas Governo-Oposição.

São questões de interesse nacional, que não podemos ignorar ou tratar à luz de interesses menores e inconfessáveis.

Aqui no Senado, desde que assumi a 1ª Secretaria desta Casa, o tema ambiental tem sido posto em evidência. Criamos o SenadoVerde, programa que traduz nosso empenho em colocar em prática procedimentos benéficos ao meio ambiente em que circulamos.

Pode-se alegar que o que fazemos é insignificante, diante da magnitude do desafio. Mas, se fizermos o que está ao nosso alcance, se todos fizerem o que estiver ao seu alcance, a contribuição será, sem dúvida, expressiva.

Mais que isso, ao pormos em prática os postulados que reclamamos de governos e empresas, fortaleceremos nossa autoridade moral para criticar, apontar erros e omissões.

Permitam-me, pois, falar um pouco a respeito do nosso SenadoVerde.

O programa foi criado para estabelecer um intercâmbio sobre iniciativas de gestão ambiental adotadas ao longo dos anos por diversos setores da Casa. Com o apoio da Mesa Diretora, queremos buscar soluções para amenizar o impacto da ação humana sobre o meio ambiente e reafirmar o compromisso do Senado com o desenvolvimento sustentável, além de poupar recursos.

Com esse foco, o Senado Verde realizou pesquisas e estudou em todos os setores da Casa os bons e os maus hábitos ambientais e elaborou o diagnóstico do que é preciso mudar.

A partir daí, boas práticas estão sendo implementadas. Vou citar algumas delas, se me permitem.

A Engenharia do Senado, por exemplo, substituiu gradativamente seus equipamentos por tecnologias ecológicas e econômicas. Executa obras para captação de água das chuvas, construção de composteira e viveiro de plantas auto-sustentáveis, e vai reutilizar, nessas obras, materiais de descarte.

A Coordenação de Transportes adquiriu uma usina de reúso de água para lavar os carros. Além de ambientalmente correta, a estação de água vem contribuindo para a redução de gastos. O setor também utiliza *biodiesel*.

A Secretaria de Editoração e Publicações está adquirindo papel reciclado para material de expediente e para a impressão do *Jornal do Senado*.

O PRODASEN iniciou a troca dos monitores de computador por modelos LCD, que economizam 50%

de energia e disponibilizam uma ferramenta que permite a substituição de cópias em papel por arquivo eletrônico de documentos.

Para se ter uma idéia, senhoras e senhores, é possível preservar cerca de 1.500 árvores a partir da implantação de arquivos eletrônicos pela Secretaria-Geral da Mesa, Secretaria de Recursos Humanos e Comissão Permanente de Verificação de Acumulação de Cargos.

Esses são apenas alguns exemplos de como o Senado Federal está engajado na luta pela preservação do planeta. Há muitos outros, que não vem ao caso aqui detalhar, mas que são do conhecimento das Sras. e dos Srs. Senadores, cuja adesão às mudanças aproveite para registrar e louvar.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, minhas senhoras, meus senhores, não se muda coisa alguma, muito menos hábitos de interação com o meio ambiente, sem que se mude antes a mentalidade. E é disto que se trata: mudança de cultura ambiental. Esse é o desafio maior do nosso tempo.

O Dia do Meio Ambiente, mundialmente celebrado, oferece oportunidade de reflexões como esta. E mudança de mentalidade requer informação, reflexão e diálogo. Tudo isso tem sido matéria ainda escassa, diante da velocidade com que a natureza tem reagido às intervenções predadoras do ser humano.

São estas as minhas palavras. É esta a minha reverência ao meio ambiente.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tenho a honra de passar a Presidência ao nosso Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho. *(Palmas.)*

*O Sr. Efraim Morais, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Tenho a honra de conceder a palavra, neste instante, ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que vai dirigir sua saudação por ocasião deste dia.

**O SR. MINISTRO CARLOS MINC** – Senador Garibaldi Alves, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional; Senador Efraim Morais, 1º Secretário do Senado; Sr. Osmar Serraglio, 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional; Sr. Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Senadora Serys Slhessarenko, primeira subscritora desta sessão; Deputado Sarney Filho, primeiro subscritor e também Presidente da Frente Ambientalista; Senadora Marina Silva, minha eterna companheira, eterna

Ministra do Meio Ambiente – espero apenas poder continuar alguns dos seus trabalhos e não abandonar as suas bandeiras, que são de todo o povo brasileiro; Senadores e Senadoras; Deputados e Deputadas; senhores e senhoras aqui presentes: eu confesso que ainda estou em estado de choque. Há 12 dias apenas estou neste cargo tão importante e, ainda por cima, substituindo minha amiga e companheira há mais de 25, uma lutadora não só pela Amazônia, mas também pelo País, pelo planeta.

Já é a terceira vez que venho ao Congresso Nacional em 12 dias. Eu sou Parlamentar do Rio de Janeiro, Deputado Estadual há 6 mandatos. Estive também num café da manhã com a Frente Ambientalista, alguns Senadores, Deputados, fundações e universidades aqui presentes.

Senador Garibaldi Alves, eu não poderia deixar de estar nesta sessão conjunta do Congresso Nacional em homenagem ao Dia do Meio Ambiente, ainda mais diante do esforço que o Senado e o Congresso vêm fazendo no sentido de aprovar leis, zelar pela execução orçamentária, fiscalizar o Governo, o que é sempre necessário e importante, e também dando exemplo.

O Senador Efraim Morais mostrou tudo que o próprio Senado vem fazendo para tornar a sua prática mais sustentável. S.Exa. falou sobre a questão da água, do papel reciclado, dos hortos. Em suma, cada um dar o exemplo já é um passo muito importante.

Também me emocionei com o coral dos alunos e das alunas que cantaram aqui. Acho que é sempre importante estimular as novas gerações a ter educação ambiental.

Na minha primeira vinda ao Senado, eu não vou poder estender-me muito. Há vários oradores inscritos, com certeza. E infelizmente também não vou poder ficar muito tempo. Peço desculpas. Antes de eu ter sido comunicado sobre esta sessão, havia solicitado uma audiência com o Ministro Tarso Genro para discutir a questão da Guarda Nacional Ambiental. Portanto, foi um pedido meu. Então, não posso deixar de ir, mesmo porque o tema é muito importante para a defesa ambiental.

Mas não poderia deixar de trazer-lhes uma mensagem. Quero dizer que o Ministério estará sempre aberto. Virei aqui, Senador Garibaldi, quantas vezes for convidado, quantas vezes for chamado para participar. Tenham, no Ministério, um parceiro para trazer as informações necessárias, fazer cumprir as leis, respeitar o Parlamento.

Sou Parlamentar e sei o que é ser representante do povo, da sociedade. Esse respeito, esse diálogo, essa presença, V.Exas. podem estar certos, serão uma constante em nossa atividade.

Há várias questões importantes em votação, em tramitação. Já nos comprometemos a fazer o possível para que algumas delas sejam votadas o mais rápido possível, pois o Congresso Nacional manifestou desejo de votá-las. Cito algumas delas: regulamentação do art. 23, que define claramente as obrigações de cada ente federativo; lei da biodiversidade e do acesso e repartição de benefícios do uso; pesquisa; combate à biopirataria. Essas questões são importantes para o País, para a Amazônia, para todos nós e, portanto, para o Congresso Nacional.

Tenho perfeita consciência de que, tanto na Amazônia quanto no resto do País, nós não avançaremos na defesa dos ecossistemas sem colocarmos em prática mecanismos de sustentabilidade, medidas econômicas de estímulo à produção sustentada, ao manejo florestal, à tecnologia limpa. A pura repressão de algumas atividades deslocará apenas as pessoas para outra atividade igualmente legal.

A regularização fundiária na Amazônia e no resto do País e a regularização ambiental são questões importantes. Não basta pedirmos a criação de leis sobre o assunto. Temos de criar mecanismos, Senador Garibaldi, que ajudem as pessoas a se regularizarem. Inclusive, em uma medida provisória recente, o Governo garantiu preços mínimos para os produtos originados do extrativismo. Isso é muito importante, porque, com esse preço mínimo, essas pessoas e essas atividades vão poder contrair empréstimos, modernizar-se, comprar frigoríficos, galpões, transportes e garantir para mais de 4, 5 milhões de pessoas que vivem do extrativismo carteira assinada, 13º salário, previdência, coisas que são fundamentais para uma sobrevivência digna.

Registro também, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, demais participantes desta sessão conjunta, a importância do zoneamento econômico e ecológico, porque a atividade produtiva saberá como fazer, onde fazer, de que forma todos os setores devem proceder, inclusive os ligados à exportação, ao agronegócio, à soja, à madeira, à pecuária, que querem realmente trabalhar, empregar sem afetar os ecossistemas. Ele precisam de regras claras e anseiam por elas.

Por isso, o Ministério tem apoiado, desde a gestão da nossa Senadora Marina, a realização dos zoneamentos ecológico-econômicos. Acre concluiu. Rondônia concluiu. Estão em vias de concluir Mato Grosso, Maranhão, Pará. E até o final do ano que vem, Senador Garibaldi Alves, teremos, no caso da Amazônia, o zoneamento ecológico-econômico completo. Isso é uma marca da legalidade, porque não se pode tratar igualmente todos os setores, como se todos estivessem fora da lei. Isso ajuda aqueles que não querem cumprir as suas obrigações legais.

Portanto, estimular a regularização, a legalidade, as atividades alternativas e sustentáveis é uma forma muito eficiente de combater os crimes ambientais. Só com a Polícia Federal e o IBAMA sozinhos, não há a menor possibilidade. Por isso, todas as atividades do chamado Arco Verde, do estímulo à produção limpa, à energia limpa, à tecnologia limpa, à pesquisa científica e tecnológica, abrindo novas fronteiras para o conhecimento, valorizando a biotecnologia, o nosso laboratório genético, são muito importantes.

Encerro dizendo aos senhores que tenham no Ministério do Meio Ambiente um parceiro. As críticas são importantíssimas, sobretudo as suaves e construtivas. Estaremos abertos a elas. Eu, que sou Parlamentar, prezo isso. Para mim, a crítica, o questionamento, a busca de informação, a cobrança são fundamentais. Fiz isso a minha vida toda. Seria inadmissível que eu não achasse que também no Executivo deveria respeitar e valorizar esses questionamentos e essas críticas, sem os quais qualquer Poder Executivo se acomoda. O Parlamento tem de exercer o seu papel permanentemente. Vejo isso com bons olhos.

No Rio de Janeiro, Senador Garibaldi, eu fiz mais de 130 leis. Todas elas foram votadas de forma diferente da que eu apresentei. Então, estou acostumado a discutir, a negociar.

Também é importante o cumprimento das leis. Eu lancei no Rio uma campanha chamada Cumpra-se, para as leis serem cumpridas. Aí é que a coisa pega. É muito mais difícil fazer com que uma lei seja cumprida do que aprová-la.

Então, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, senhores e senhoras, contem conosco. Nós sabemos que o Executivo sozinho não é capaz.

Falou-se aqui sobre a educação ambiental, a elevação do nível de consciência da sociedade, a participação da sociedade civil, a participação do Parlamento. Podem estar certos de que isso será valorizado e acarinhado por este Ministro recém-entrante, ainda que em estado de choque, tentando saber todas as coisas boas e importantes que a Ministra Marina fez e quais foram os obstáculos que se ergueram no seu caminho, impedindo-a de fazer muitas outras coisas.

Vamos dar seqüência ao seu trabalho, Ministra Marina. O nosso carinho e a nossa amizade serão eternos. Não terei problemas em, sempre que tiver dúvidas, ligar para a minha companheira Senadora e para os meus companheiros Senadores e Senadoras. Devemos ter a humildade de saber que, quando chegamos, muita coisa já foi feita e muita coisa ainda será feita. Apenas teremos por algum tempo alguma responsabilidade. Devemos compartilhar tanto os problemas quanto os louros.

Quero que o Senado e a Câmara saibam que a cada momento prezaremos a produção legislativa. Nós a reconheceremos e nos empenharemos para que ela seja cumprida pelas pessoas; naturalmente, sempre na esperança de que recursos orçamentários serão também garantidos pelo Senado e pela Câmara, cada vez com mais consciência ecológica, cada vez com mais consciência da importância da questão ambiental para o Brasil e para o planeta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, minhas saudações ecológicas e libertárias a todos. Tenho pena de não ouvir os outros pronunciamentos. Eu sei que é uma péssima situação sair antes da conclusão da sessão, mas, como já disse, eu já tinha pedido essa audiência com o Ministro Tarso, e ele não vai ter muito tempo. Infelizmente vou ter de me retirar, mas prometo voltar a este plenário, às Comissões quantas vezes for convidado.

Um grande abraço, bom trabalho, boa Semana do Meio Ambiente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Concedo a palavra à Sra. Senadora Serys Slhessa-renko.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (PT-MT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho; Sr. Ministro Carlos Minc; Sr. Deputado Sarney Filho, primeiro subscritor da presente sessão, juntamente conosco; Sr. Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Deputado Osmar Serraglio, que muito nos honra com sua presença, aqui representando o Presidente da Câmara; nossa querida e muito amada Marina Silva, ex-Ministra e Senadora; Srs. Embaixadores e Sras. Embaixatrizes, membros do corpo diplomático de nosso País; demais autoridades; senhores e senhoras que muito nos honram nesta sessão, quero saudar os jovens presentes, enfim, todos os que estão nos ouvindo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, a preservação do meio ambiente de nosso País, antes de sua enorme relevância para o equilíbrio ecológico de todo o planeta, é uma obrigação que temos perante nós mesmos, cidadãos e cidadãs brasileiros.

Sr. Presidente, torna-se cada vez mais difícil negar que todo o desenvolvimento deva ser sustentável – caso contrário, não será desenvolvimento algum, pois acarretará não apenas danos ambientais, mas também os mais graves problemas sociais e econômicos.

O Presidente Lula se pronunciou no dia 26 de maio de 2008, na cidade do Rio de Janeiro, ao defender, de maneira enfática, a soberania brasileira sobre a Amazônia. Dizia o Presidente: *“Eu queria aproveitar para dizer aqui que o mundo precisa entender que a*

*Amazônia brasileira tem dono, e que o dono da Amazônia é o povo brasileiro. São os índios, são os seringueiros, são os pescadores e também somos todos nós, que somos brasileiros e temos consciência de que é preciso diminuir o desmatamento, é preciso diminuir as queimadas, mas também temos consciência de que precisamos desenvolver a Amazônia”.*

As afirmações do Presidente Lula, senhoras e senhores, não são, de modo algum, imotivadas. Recentemente, o jornal britânico *The Independent* afirmou: *“A Amazônia é importante demais para ser deixada nas mãos dos brasileiros”.* Que abuso!

No dia 18 de maio de 2008, o jornal norte-americano **The New York Times** publicou um artigo intitulado *De quem é esta floresta amazônica, afinal?*

São muitos os episódios relacionados com a velha questão da internacionalização da Amazônia, em função da cobiça dos outros países pelos imensos recursos naturais dessa região.

No dia 26 de maio de 2008, o jornal **O Globo** publicou, em primeira página, matéria intitulada *Empresário anunciou Amazônia a 50 bilhões de dólares.* De acordo com essa matéria, o empresário sueco Johan Eliasch, um dos fundadores da ONG Clean Earth, disse que a floresta amazônica pode ser comprada por 50 bilhões de dólares. Ao dizer isso, ele estimula empresários a adquirir lotes. Ainda de acordo com a mesma matéria, esse suposto empresário está sendo investigado pela Polícia Federal por uma compra de 160 mil hectares na região.

Tudo isso é um absurdo, e temos que estar espartos!

Isso significa uma nova forma de colonialismo, em que a aquisição de terras na Amazônia por parte de estrangeiros representa um atentado contra a soberania nacional, além de agravar os problemas sociais das populações nativas, abrindo as portas para uma potencial internacionalização da Amazônia.

Estamos, senhores e senhoras, diante de um problema de alta gravidade, que merece séria investigação.

Sr. Presidente, senhores e senhoras, as mudanças climáticas globais já estão trazendo problemas e dificuldades para um grande número de países, colocando em risco a sobrevivência das atuais e das futuras gerações.

O desabastecimento de água potável já afeta mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo, compreendendo o fornecimento de água para uso humano e na agricultura.

O Brasil é um país privilegiado em termos de recursos naturais: temos a maior reserva de água do planeta, um território de dimensões continentais, a

maior biodiversidade, um grande número de ecossistemas, a maior floresta tropical do mundo, o Pantanal, o cerrado, a Mata Atlântica.

Infelizmente, ainda enfrentamos muitas dificuldades, muitos problemas e muitos crimes ambientais.

Não mais podemos conviver com as queimadas na Amazônia, com a poluição causada por esgotos, indústrias químicas, petrolíferas e mineradoras, para citar apenas algumas poluidoras do meio ambiente.

Aqui, poderia fazer um discurso também sobre o *biodiesel*, o biocombustível, a produção de alimentos, mas sempre me tenho manifestado sobre essa questão nesta tribuna e vou continuar falando dela. Hoje não vou me ater a esse aspecto. Acredito, sim, que nós podemos ser significativos produtores de biocombustível sem derrubar uma árvore de forma ilegal e sem comprometer a produção de alimentos. Mas fica só para registro. Não vou me ater a esse aspecto.

O que quero realmente hoje demarcar é que a importância do aumento da consciência sobre a questão ambiental em toda a sociedade é o que tem permitido a organização, no Congresso Nacional, de frentes parlamentares tão expressivas quanto a Frente Parlamentar Ambientalista. Aqui, mais uma vez, faço uma referência, e mais do que uma referência, uma homenagem ao Deputado Sarney Filho, figura absolutamente incansável. Hoje brincavam que ele deveria mudar o nome para... Não me lembro, mas sei que tinha ambientalista no nome dele. Eu disse que não precisa, porque S.Exa. já é o retrato da defesa do meio ambiente neste País.

Não vou falar aqui de Marina Silva, porque quero fazer absolutamente um discurso, em algum momento, em homenagem a essa figura que representa tudo em termos de meio ambiente. S.Exa. é a Amazônia, é o cerrado, é a caatinga, é a defesa da vida não só no Brasil, mas no planeta. Então, a essa figura a minha grande homenagem também neste momento.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que integram a Frente Parlamentar Ambientalista sabem que a segurança ambiental da sociedade brasileira e de toda a humanidade paira acima de questões relativas a opções partidárias e aspectos imediatistas da conjuntura política e econômica. Precisamos da mais ampla união de forças para salvar os maravilhosos recursos naturais que recebemos assim como é óbvio salvar os seres humanos, porque salvar o meio ambiente é salvar a vida, aquilo que eu já comecei dizendo. Não adianta pensar que estamos fazendo desenvolvimento econômico se a vida ficar comprometida. Para que ter desenvolvimento econômico se não há vida, pelo menos, com qualidade!?

O resultado dessa consciência crescente e do empenho dos Parlamentares revela-se, Sr. Presidente, em dezenas de proposições legislativas que pretendem estabelecer normas mais abrangentes e eficazes para garantir a opção pelo desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente. É o caso, por exemplo, da proposta de emenda constitucional que pretende instituir o princípio do poluidor/pagador em nossa ordem tributária. Não vou explicar os projetos de lei para o meu discurso não ficar muito longo.

Como relevante também, cito o Projeto de Lei Complementar nº 127, de 2007, da Câmara dos Deputados, que busca definir a responsabilidade ambiental da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Outro importante projeto de lei, que complementa o anteriormente citado, dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico, instrumento de gestão do uso do território, imprescindível para a Política Nacional do Meio Ambiente.

Entre diversos projetos de lei que podem trazer resultados efetivos para o meio ambiente, citemos o que propõe deduções no imposto de renda devido por pessoas físicas ou jurídicas que fizerem doações para projetos voltados ao uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, uma vez que tenham sido aprovados pelo Ministério do Meio Ambiente, e o projeto que cria programas para incentivar o uso de fontes renováveis para a geração de energia elétrica.

Quero destacar também, Sr. Presidente, 2 projetos que dispõem sobre resíduos sólidos. Um deles foi enviado pelo Poder Executivo, após ter sido elaborado por um grupo interministerial, e visa instituir, de modo sintético, abrangente e sistemático, a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Um outro, que também tramita na Câmara e foi apresentado pelo Deputado Henrique Fontana, quer estabelecer a responsabilidade dos fornecedores pela destinação ambientalmente correta das embalagens utilizadas para uma série de produtos, propondo diversas medidas práticas para alcançar esse objetivo.

Reporto-me, por fim, Sr. Presidente, ao projeto de minha autoria (o último protocolado) que pretende, com tecnologia baseada no implante de *chips* em árvores, implementar o seu monitoramento e rastreamento eletrônico, revolucionando o processo de manejo e proteção de nossas florestas.

Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, se é inegável o empenho dos membros do Congresso Nacional em apresentar relevantes proposições para proteger o meio ambiente e ampliar a prática do desenvolvimento sustentável, resta, como fato digno de

preocupação, que apenas uma pequena parte dessas proposições seja de fato aprovada pelas 2 Casas legislativas e passe a integrar nossa ordem jurídica.

Compete a nós mesmos, membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, estabelecer como prioridade o exame e a votação das proposições voltadas para o meio ambiente, traduzindo de modo nítido e efetivo uma vontade política que, apesar de tudo, ainda se mostra difusa.

Não vou falar sobre o Senado Verde – é fantástico o que está acontecendo aqui – porque o Senador Efraim Morais, no seu pronunciamento, conseguiu retratá-lo um pouco, pois retratar tudo o que o Senado Verde está fazendo é realmente impossível numa sessão. Não vou tratar dessa questão por esse motivo e por causa do tempo.

Quero concluir, Sr. Presidente, propugnando pelo andamento célere e pela aprovação dos projetos que contribuam para proteger o meio ambiente de nosso País, ação em sintonia com os anseios da sociedade brasileira e com a segurança futura de nossa população.

Quero neste momento saudar, mais uma vez, a Senadora Marina Silva que retorna a esta Casa e que teve constante preocupação em harmonizar o desenvolvimento econômico com a preservação da natureza para garantir melhor qualidade de vida às pessoas, no presente e no futuro, demonstrando a grandeza do seu caráter de grande mulher e de grande figura da política brasileira.

A última frase é dedicada ao Ministro Minc, que infelizmente não está aqui, mas vou deixar o recado.

Sr. Ministro Minc, o desafio que V.Exa. tem pela frente é grande. E o que importa nisso tudo não é ser governista ou petista ou de qualquer partido que seja. O importante neste momento é ser ambientalista, independente da coloração partidária.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Deputado Sarney Filho.

**O SR. SARNEY FILHO** (PV-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves; Sr. Deputado Osmar Serraglio, 1º Secretário da Câmara dos Deputados e Secretário do Congresso Nacional; Sr. Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, preocupado com o desenvolvimento sustentável; Sra. Senadora Serys Slhessarenko, primeira subscritora da presente sessão; minha querida amiga, Senadora Marina Silva; Srs. Senadores e Sras. Senadoras; Srs. Deputados e Sras. Deputadas presentes; meus amigos e minhas amigas, como diz a canção “*depende de nós, se esse mundo*

*ainda tem jeito, apesar do que o homem tem feito, se a vida sobreviverá*”.

De fato, depende de cada um dos mais de 6 bilhões de habitantes do planeta Terra participar da preservação de condições mínimas de vida, investindo no aprendizado relativo à economia de recursos naturais, alvo de perspectivas alarmantes de finitude.

Neste momento solene de celebração de tão importante data mundial é forçoso lembrar que o meio ambiente se constitui tanto de fatores abióticos, quais sejam, clima, pressão, teor de oxigênio, quanto de fatores bióticos, que são as condições de alimentação, vida em sociedade, educação e saúde pública.

Não há que isolar o conceito da rede de que faz parte em benefício do homem e da melhoria na qualidade de vida. Nesse aspecto, é importante lembrar que o mundo vive hoje um grande dilema: o do futuro. O mundo precisa tomar decisões fundamentais, não só para a continuidade da vida no planeta Terra, não só para a melhoria das condições de vida das futuras gerações, mas também para assegurar um futuro seguro aos seres vivos do nosso planeta, que é um só. Nós vivemos, e essa imagem já é bastante conhecida, numa grande nave. Pode ser que dentro dela existam passageiros de primeira, de segunda, de terceira, de quarta categoria. Mas se ela sucumbir, sucumbiremos todos.

É por isso que, neste momento, Senadora Marina, ganha importância o Brasil, ganha importância as políticas ambientais do País. E dentro delas, já que não posso me alongar muito, está o importante papel do bioma amazônico.

A Amazônia é um bioma que presta serviços à humanidade, é um bioma que ajuda no clima, interfere no regime de chuvas. É um bioma que detém estoques trilionários de gases do efeito estufa, é um bioma que contém, no seu seio, a maior biodiversidade da Terra: futuros, curas, engenharia genética, bioprospecção.

A Amazônia é um bioma importante no mundo de hoje e seus serviços beneficiam não só o Brasil, mas a humanidade. É por isso que neste momento sensível da política ambiental brasileira é importante reafirmarmos que o mais fundamental para o Brasil é manter os serviços ambientais do bioma amazônico funcionando. E, para isso, todo sacrifício é válido, inclusive a decretação do desmatamento zero na Amazônia.

É lógico que é preciso o Zoneamento Ecológico-Econômico, não nos moldes em que o Ministro Minc disse, não Estado por Estado.

Tenho muitas restrições ao Zoneamento Econômico-Ecológico feito pelos Estados. Eles são contratados pelos Governos Estaduais, eles passam pelo crivo das Assembléias Legislativas. Portanto, eles têm certa in-

fluência política indesejada quando se quer realmente um estudo do funcionamento do bioma.

Por isso, prego o Zoneamento Ecológico-Econômico regional, sobre metodologia unificada, patrocinado pelo Governo Federal.

Através desse zoneamento, clarificar as áreas importantes para o funcionamento do bioma. Nessas áreas, realmente ter uma política mais dura possível, porque, ao contrário do que se pensa, a soberania do Brasil sobre a Amazônia não está ameaçada por nenhuma potência estrangeira, nem ambicionada por nenhum poder econômico. Mas ela corre risco, sim, na medida em que haja percepção mundial de que o Brasil não está cuidando da Amazônia, o que não ocorre, graças ao trabalho da Ministra Marina Silva, que dá continuidade a um trabalho já bastante antigo, mas que se consolida e se aperfeiçoa cada vez mais.

Não poderia deixar, nobre Presidente, de fazer um parágrafo, um parêntese, para lembrar que, hoje mesmo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, está em pauta, Senador Collor, um projeto de decreto legislativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que coloca em risco toda a política de combate ao desmatamento na Amazônia. É preciso que o Senado brasileiro dispense uma atenção especial a essa votação e não seja cúmplice do retrocesso ambiental que alguns poucos desejam.

Para concluir, senhoras e senhores, faz-se oportuno recorrer à famosa Carta do Cacique Seattle, que em 1855 escreveu ao então Presidente americano acerca da inevitável venda das terras indígenas ao Governo.

Em uma das mais belas declarações de amor à natureza e de compreensão da harmônica simbiose homem e meio ambiente, o chefe indígena pede: *“Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas. Que a Terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à Terra acontecerá aos filhos da Terra”*. Disso nós sabemos. A Terra não pertence ao homem; o homem é que pertence à Terra.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

*Durante o discurso do Sr. Sarney Filho, o Sr. Garibaldi Alves Filho, presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko.*

**A SRA. PRESIDENTA** (Serys Slhessarenko) – Obrigada, Sr. Deputado Sarney Filho.

**A SRA. PRESIDENTA** (Serys Slhessarenko) – Com a palavra o Senador Fernando Collor.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTB-AL. Sem revisão do orador.) – Exma. Sra. Senadora Serys Slhessarenko, primeira subscritora da presente sessão pelo

Senado Federal; Exmo. Sr. Deputado Sarney Filho, primeiro subscritor da presente sessão pela Câmara dos Deputados e Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista; Exmo. Sr. Deputado Osmar Serraglio, Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Herman Benjamim; Exma. Sra. Senadora e ex-Ministra do Meio Ambiente, que tanto fez por essa área que todos nós defendemos quando Ministra desta Pasta; Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores presentes, cresce a cada dia a pressão sobre Gaia. Além da pressão quantitativa, com o crescimento da população mundial, a recente fase de prosperidade internacional aumenta a pressão qualitativa. Ao aumentar sua renda, grandes faixas da população, no Leste Europeu, na China, na Índia e também no Brasil, passam a demandar padrões de consumo mais altos. Maior população e maiores exigências em termos de níveis de vida aumentam a interferência econômica sobre o meio ambiente.

A natureza vê-se forçada a suportar a produção crescente de alimentos e de bens de consumo. São também notórios e de todos conhecidos os danosos e terríveis efeitos que o aquecimento global causa ao nosso planeta. Precisamos criar urgentemente formas de lidar com esses fenômenos.

Estou convencido de que a atual ordem do mundo é a adaptação ou, quem sabe, a readaptação a um novo ciclo ambiental por que passamos. Vivemos a era das catástrofes naturais. São intempéries cada vez mais intensas que nos fazem ingressar num quadro de tensão crescente. Essa tensão só pode ser resolvida pela criação de uma nova mentalidade.

Conscientes de que devemos racionalizar o uso de recursos naturais, cada vez mais escassos e ameaçados, devemos estar conscientes também de que só um novo paradigma de pensamento pode levar ao tão ansiado crescimento sustentável. É difícil. Implica sacrifícios passar de uma mentalidade de simples exploração da natureza para a verdadeira cooperação entre o homem e o seu ambiente. No entanto, a criação dessa nova mentalidade propiciará o desenvolvimento de tecnologias que permitirão utilizar menos recursos naturais para obter maiores ganhos no processo econômico e social.

O novo paradigma determina que se busque, de forma persistente e eficaz, a verdadeira interação do homem com a natureza, que funciona em cadeia, de forma integrada, em sistema e subsistemas biológicos interdependentes. A construção do novo pensamento é tarefa que exige um pacto Governo/sociedade. Não será resultado de iniciativas isoladas. Além das grandes linhas de pensamento e ação, a nova consciência

deverá permear nosso próprio cotidiano, nossas atitudes no dia-a-dia.

Aqui mesmo, no Congresso Nacional, podemos dar vigor e curso a uma cruzada, já bem iniciada, para nos adaptar às novas circunstâncias ambientais. Estamos e vivemos em uma cidade cujo ambiente nos proporciona intensa luminosidade natural. Em Brasília, a topografia plana proporciona ventilação constante e facilidade para a implantação de sistema de transporte público a baixo custo. No entanto, recusamos esses benefícios da natureza e nos encerramos em construções que são verdadeiras casamatas, nas quais vivemos e trabalhamos em situação artificial, e nos locomovemos egoisticamente em transporte não solidário.

Devemos ainda, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, continuar trabalhando contra o desmatamento predatório que agrava o aquecimento global. Somente as queimadas na Amazônia Legal despejam na atmosfera 200 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>. O restante do Brasil, excluída daí a Amazônia, joga na atmosfera apenas 80 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>. O resultado negativo do desmatamento no Brasil o coloca entre os 5 maiores causadores do aquecimento global. Reduzi-lo é, portanto, tarefa que depende tão-somente de nós, mediante uma firme política de fiscalização e combate aos abusos praticados.

Verifica-se, portanto, a urgente necessidade de adaptação a uma nova realidade ambiental. Para isso, precisamos, como num processo de autodeterminação, mexer, alterar, estabelecer de vez, individualmente, a mudança de nossos hábitos tão arraigados e de nossos conceitos ainda tão retrógrados diante da atual demanda pela sustentabilidade.

Sabemos das dificuldades de uma nova postura, ainda mais quando se trata de ações simples e corriqueiras, como, por exemplo, a utilização da água. Temos que ter a consciência da diminuição alarmante dos mananciais potáveis no mundo. Temos de ter consciência de que é fundamental a adoção de tecnologias para o reúso da água e do aproveitamento da água das chuvas, algo tão simples. Nada mais hoje é abundante em nosso planeta.

Atitudes simples procurei promover, até mesmo quando Presidente da República. Há 18 anos, determinei a redução em 51% da frota de veículos do Palácio do Planalto. Isso ocasionou uma redução em mais de 50% do consumo de carburantes. Instalei uma comissão interna de conservação de energia, conseguindo uma redução de consumo em torno de 15%. Agora mesmo, já como Senador, adotei em meu gabinete o uso de papel reciclável para todo material de expediente e publicação.

Contudo, precisamos do permanente compromisso do Poder Público com a adoção de políticas adequadas aos novos tempos. Um exemplo é o setor de transporte urbano. Torna-se necessária uma oferta de transportes coletivos, em que deve prevalecer a universalidade no atendimento ao público, com qualidade, preço acessível e pontualidade.

Outra preocupação diz respeito à ausência de saneamento básico. A UNICEF calcula que por isso, pela ausência de saneamento básico, quase 3 bilhões de pessoas no mundo são expostas a doenças que podem levar à morte. A seriedade do assunto é de tal ordem que as Nações Unidas estabeleceu 2008 como Ano Internacional do Saneamento. Daí a importância de o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, do atual Governo, investir num forte direcionamento de recursos para obras no setor, incluindo aí a preservação de nossos mananciais e recuperação de matas ciliares, revitalização de rios e recuperação de nossos córregos.

Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores presentes, Sra. Presidenta, no momento atual, no bojo da atual crise internacional de alimentos a que me referi no início de minha fala, caracterizada pela escassez e elevação violenta de preços, o Brasil vem sendo posto sob intenso ataque internacional, acusado de contribuir para a crise por produzir etanol em lugar de alimentos.

Essa acusação é flagrante inverdade. A crise de alimentos é resultado da incorporação de grandes massas humanas a novos padrões de consumo, que coincidiu com baixos estoques de alimentos. Resulta também de desastres naturais, da elevação do preço do petróleo, que afeta a agricultura em termos de combustíveis defensivos e fertilizantes, e, sobretudo, dos subsídios agrícolas dos países industrializados, como para o biocombustível de milho, nos Estados Unidos da América, e de trigo e beterraba, na Europa.

O Brasil não tem nenhuma culpa. Ao contrário, temos aumentado, nos últimos anos, ao mesmo tempo, a produção de alimentos e de combustíveis alternativos. E vamos continuar a fazê-lo.

Atualmente somente cerca de 5% das terras agricultáveis estão ocupadas pela cana, para produção de etanol, e bem longe da região amazônica.

Nossa agricultura ocupa 72 milhões de hectares, dos quais 7 milhões com cana e 3,6 milhões com cana para o etanol. Vê-se, com clareza, que o etanol não provoca falta de alimentos, não os substitui e, muito menos, demanda devastação florestal.

Não posso também deixar de testemunhar neste momento a minha experiência no exercício da Presidência da República. À época, em 1992, percebi que os

avanços que o mundo conquistou no plano ambiental, antes da realização do Rio, fora surpreendentemente muito maiores do que os avanços que preconizávamos haver depois das decisões do encontro, consubstanciadas na Agenda 21.

Para nossa surpresa, ocorreu que em diversos conclaves e situações para avaliação da Agenda, por parte dos quase 160 países signatários, pouco ou quase nada estava sendo cumprido.

Ficou, portanto, aquela sensação de que trabalharam antes da realização da conferência para bem se apresentarem, nos 15 dias em que se debateu o tema, e, findo este período, terminaram para eles também os seus compromissos.

Como é que poderíamos imaginar que apenas 16 anos após a Conferência Rio 92 estaríamos hoje numa situação como esta de esgotamento dos recursos naturais? O normal e esperado seria o inverso. Somente 16 anos nos separam daquele encontro, e o quadro do planeta é dramático.

Dentro desse quadro, contudo, vale ressaltar a realização da 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, a COP9, realizada em junho, que teve importante contribuição brasileira.

Nossa posição de tornar obrigatória a repartição dos benefícios dos recursos da biodiversidade foi vitoriosa. A criação de um regime internacional de acesso e repartição dos benefícios obtidos da fauna e da flora, como, por exemplo, medicamentos, são do nosso interesse imediato. A regulamentação alcançada nos ajudará a combater a biopirataria e evitar que nossas riquezas se esvaíam sem beneficiar nossa população.

Uma nova mentalidade que perceba o valor econômico da diversidade biológica contribuirá para preservação da natureza pelos próprios produtores.

No ano passado, lancei a idéia, compartilhada com outros Senadores, entre eles a Senadora Serys Slhessarenko, que preside esta sessão, da Conferência Rio+20, de avaliação dos progressos que teriam sido alcançados, dos retrocessos e do descortino dos avanços necessários sobre o patamar da Rio 92.

Consciente de que todos os esforços para a preservação do meio ambiente são louváveis, mas não suficientes, tive a satisfação de ver que o Presidente da República abraçou com entusiasmo a idéia da Rio+20 e a divulgou no discurso de abertura da 62ª sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 25 de setembro do ano passado, além de tê-la apresentado na última reunião do G8.

A Rio+20 deverá avaliar, no escopo de uma nova mentalidade, o caminho percorrido e propor novas iniciativas e novas linhas de ação, inclusive com a elabo-

ração de um novo instrumento que substitua o Tratado de Kyoto, cuja vigência se encerra em 2012.

Reitero, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, que a natureza dá sinais evidentes de esgotamento de sua paciência com as agressões sofridas. O aquecimento global é ameaça que temos de enfrentar agora, com toda urgência, em algumas frentes essenciais de luta: o combate às emanações nos países desenvolvidos, o incremento do transporte público de boa qualidade, o fim da devastação das florestas, a preservação de nossos mananciais.

Essas batalhas só poderão ter êxito, no entanto, se assumirmos nossa responsabilidade pessoal de mudar hábitos, costumes e mentalidade, de nos adaptarmos a um novo ciclo, de lutarmos, enfim, com denodo, no dia-a-dia, pela salvação de Gaia.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Serys Slhessarenko) – Obrigada, Senador Collor de Mello.

**A SRA. PRESIDENTA** (Serys Slhessarenko) – Próxima inscrita é a Deputada Rebecca Garcia e, de imediato, o Senador Renato Casagrande.

**A SRA. REBECCA GARCIA** (PP-AM. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, um grande cacique norte-americano, como já foi mencionado pelo nobre colega Sarney Filho, já havia alertado o mundo para a importância da preservação da natureza. Intimidado pelo Governo a ceder mais terras de sua reserva, o chefe Seattle alertou: *“O que ocorrer com a Terra recairá sobre os filhos da Terra. Há uma ligação em tudo”*. Um chefe indígena, considerado “selvagem” por nós, civilizados, nos ensinou com a sabedoria de quem vive pensando em 10 gerações futuras, a sabedoria de quem vive da natureza e pela natureza, a sabedoria que, paradoxalmente, não entra na alma e nos corações dos povos civilizados, infelizmente.

Sua lição caiu no esquecimento. Foram precisos muitos e muitos anos para que a conscientização da humanidade começasse a emergir do nada. Graças a dias comemorativos, como o que estamos celebrando, a preocupação com a conservação do Planeta vem se acentuando, ganhando força suficiente para que ocorram as transformações necessárias e urgentes. Urgentes, porque a humanidade está há séculos atrasada, quando levamos em consideração que foi só em 1972 que a Declaração sobre o Ambiente Humano foi estabelecida, em Estocolmo.

Sra. Presidenta, esse foi o ponto de partida para a conscientização da humanidade. A partir daí, vieram

outros encontros importantíssimos, como o Rio 92, o de Johannesburgo e o Rio+10. A ação contínua de ambientalistas, somada à iniciativa de lideranças políticas, fez com que parte da sociedade acordasse para a realidade. Mas foram datas como a que comemoramos hoje que provocaram a evolução da conscientização pela preservação dos recursos naturais e, conseqüentemente, pela vida futura no Planeta.

A sociedade evolui, sim. Não evolui de forma ideal, ainda há muito o que fazer nesse sentido, e precisamos continuar falando em preservação da natureza, para impedir que o nível de consciência popular retroceda. A evolução é gradual e constante. Lamentável é que ela ocorra em confronto com a lentidão dos Governos e com a pressa com que as atividades econômicas se lançam sobre a natureza. Hoje, eu até diria, a sociedade está como nós, assistindo, estarecida, ao crescimento da devastação, enquanto os Governos não agem, enquanto os detratores da natureza aceleram seus passos e suas ações.

Existem no Brasil, senhoras e senhores, inúmeros projetos ambientais parados em gavetas de Ministérios. As discussões são, literalmente, intermináveis. Quando alguém apresenta um projeto para ser executado, logo ele é abortado. Volta para a mesa de discussões, e o País fica órfão de uma legislação eficiente, que proteja o meio ambiente e permita o desenvolvimento sustentável.

Os planos não são executados porque sempre são apresentados sob a ótica de apenas um dos vários segmentos interessados na questão. O pior é que todos querem ganhar. Ninguém fala em ceder, em doar parte de seus interesses, para que o Planeta seja o grande vitorioso. Aliás, para que a humanidade – inclusive as partes litigantes – seja a grande vitoriosa. O fato, no entanto, é que os infratores são muito mais ágeis que os governantes.

O Brasil é detentor de grande parte do território da floresta amazônica, possui a maioria das reservas de água doce do mundo, tem uma biodiversidade inacreditável, além de outros fatores que o torna protagonista quando o assunto é meio ambiente. Está na hora de este País parar de ser coadjuvante neste debate e tomar frente dessa discussão. Temos tudo para que isso ocorra, só nos falta ousadia e determinar o assunto como prioridade na agenda pública.

Precisamos continuar fazendo a nossa parte e manter acesa a chama da preservação ambiental no seio da sociedade. A educação ambiental surge como o grande instrumento de conscientização, capaz de alterar padrões de comportamento do ser humano em relação à natureza. Precisamos continuar investindo no comportamento individual, como se estivéssemos

plantando uma semente capaz de florescer uma atitude coletiva. Atitude concreta e eficiente, de luta e de cobrança, de consciência e de responsabilidade. A educação ambiental é o caminho que vejo para cobrarmos agilidade dos governos e exigir mais parcerias com as atividades econômicas.

Vou finalizar o meu discurso com um poema escrito por Regina Martins sobre a Amazônia:

*“Em meio ao seu verde, o fogo arde queimando o nosso pulmão. Os pássaros perdem seus galhos, em desespero voam sem rumo na imensidão. Os animais correm em círculos, perdidos na fumaça da morte certa. Os gritos das aves, dos animais, das plantas... Não são ouvidas pelos homens do poder sem visão... Que não reconhecem o ciclo da natureza que tenta em desespero... Limpar o ar que sujamos com nossos carros, nossas indústrias... Quebrando o ciclo da água, reduzindo as chuvas... Até chegar as grandes cidades, nos nossos campos que na seca matarão os gados... A abundância das frutas brasileiras desaparecerão das nossas mesas. Haverá dor naqueles que por muitas vezes jogaram as frutas no lixo... E lágrimas rolarão sobre os olhos daqueles que a colhiam para comer... Sentindo-nos impotentes, perguntaremos a nós mesmos: O que fizemos com a nossa Amazônia? O que não fizemos por ela?”*

Sr Presidente, gostaria de solicitar que esse discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Serys Shessarenko) – Obrigada, Deputada Rebecca Garcia.

**A SRA. PRESIDENTA** (Serys Shessarenko) – A seguir, com a palavra o Senador Renato Casagrande, pela Liderança do PSB no Senado. De imediato, a Deputada Jusmari e, logo após, a nossa Senadora Marina Silva.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB-ES. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Sra. Presidenta Serys Shessarenko, V.Exa. está muito bem na cadeira de Presidente. Parabênz V.Exa. pela iniciativa de realização desta sessão. Eminentemente Parlamentares presentes à Mesa, na pessoa da Ministra Marina Silva, nossa Senadora que acabou de reassumir seu mandato; senhoras e senhores; entidades presentes; Srs. Parlamentares, já tivemos oportunidade, na semana passada, de fazer aqui um debate sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente, mas a realização da sessão

solene marca, simbolicamente, a preocupação do Senado com o tema.

A Câmara e o Senado têm debatido o assunto com muita intensidade. Nós estamos discutindo esse tema já há algum tempo e abordamos, quase que todos os dias, aqui e lá, seja nas Comissões, no plenário ou na Frente Parlamentar, o tema do meio ambiente e o do desenvolvimento, do novo modelo de desenvolvimento.

A floresta amazônica, o cerrado, os recursos hídricos, as mudanças climáticas, a busca por combustíveis renováveis que amenizem os efeitos provocados pelo uso dos combustíveis fósseis passaram a fazer parte das nossas preocupações no debate de cada dia. São temas que estão no centro das mudanças que ocorrem no perfil da produção agrícola, focada na cana-de-açúcar para a produção do etanol, e na expansão da pecuária, que estaria transformando a floresta em área de pastagem e interferindo na produção de alimentos. Portanto, é justo que o assunto seja debatido com toda intensidade no Parlamento, nos meios acadêmicos e na sociedade, visando a soluções que compatibilizem a produção de energia e de alimentos para que não falte comida na mesa das populações de todo o mundo, dos mais pobres aos mais ricos.

Na semana passada, no debate aqui realizado, nós nos perguntávamos se era hora de comemorarmos ou se era hora de protestarmos. No plenário do Senado, lancei a seguinte questão: da minha parte, acredito que os povos de todo o mundo devem ter um misto desse sentimento, porque há pontos positivos a comemorar, mas é ainda incipiente, apesar de crescente, a conscientização dos Governos em busca de políticas públicas, pressionados pela sociedade, que compatibilizem desenvolvimento e sustentação do meio ambiente.

É certo que podemos comemorar, porque ainda há floresta em quase 50% da nossa área territorial; naturalmente, uma floresta concentrada na Região Norte, especialmente, mas de vital importância para a saúde do planeta. Não só do Brasil, mas de todo o planeta. A floresta amazônica hoje é importante para o planeta, para o globo.

Também podemos comemorar porque ainda podemos preservar o bioma Amazônia, sem nos esquecer de que teremos de recuperar outros, como o da Mata Atlântica, a mata de araucária e o cerrado. O debate sobre a Amazônia acaba retirando um pouco de foco a destruição desses outros biomas. E não podemos deixar de focar também a destruição que acontece, especialmente, no cerrado brasileiro.

Podemos comemorar a preservação dos nossos recursos hídricos, pela reserva de água que temos no

nosso País, correspondente a algo em torno de 12% da água do planeta, 80% concentrada na Amazônia.

Em relação à biodiversidade, também temos o que comemorar, pelo nosso clima, pela nossa vegetação, enfim, pela abundância dos nossos recursos hídricos.

Mas há o que se lamentar. Refiro-me ao desmatamento da nossa floresta amazônica. É uma moeda com as 2 faces: de um lado, temos uma grande área com a floresta amazônica; do outro, temos um ritmo de desmatamento ainda muito grande. Nós conseguimos – o Governo conseguiu, a sociedade conseguiu, entidades – reduzir a área de 28 mil quilômetros quadrados de destruição, há 5 ou 6 anos, para 11 mil quilômetros quadrados. Mas este ano aumentou o ritmo de desmatamento, em razão da pressão e do modelo de desenvolvimento que se adota no País. Esse modelo levou os países que começaram a sua industrialização mais cedo a chegarem a essa situação em que estão hoje: de destruição quase que completa das suas florestas, de necessidade de investimentos grandes para recuperar recursos hídricos e de uso de combustível fóssil como base da sua matriz energética.

Mas, temos, naturalmente, esse problema do desmatamento da nossa floresta amazônica, que em abril deste ano foi de 1.123 quilômetros quadrados. Os dados do INPE estão aí para demonstrar claramente: é um campo de futebol, segundo os estudiosos, a cada dez segundos.

Curiosamente, são práticas que se repetem no ano de 2000, quando o mesmo INPE divulgou que, entre agosto de 1999 e agosto daquele ano, 20 mil quilômetros quadrados da mata haviam desaparecido do mapa.

Portanto, tanto aqueles quanto estes números ensejam um modelo de desenvolvimento que não deu certo aqui, na Europa, nos Estados Unidos, porque ele concentra renda e destrói recursos naturais. E não dá para implantar esse modelo na região da floresta amazônica, como em nenhuma outra região.

E temos o que ressaltar em relação a alguns programas, como o Programa de Biocombustíveis, um grande programa do nosso País de uso de fonte renovável de energia na geração de combustível, seja etanol, seja *diesel*. São ainda muito importantes as pesquisas que estão sendo desenvolvidas na EMBRAPA, ligada ao Ministério da Agricultura, e pelos centros de pesquisas ligados ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Mas há o que lamentar, como, por exemplo, o fato de 98% das florestas dos países ricos terem sido devastadas, sobretudo a partir da segunda metade do século passado, em nome de um processo de desen-

volvimento industrial predatório e sem compromisso com a vida humana.

Há o que lamentar, ainda, quando as nações ricas, as que mais poluem e contribuem para o aquecimento global, não buscam e não encontram alternativas. Há alguns dias o Presidente Lula propôs a criação da Guarda Nacional Ambiental. Temos que refletir sobre ela, assim como refletir sobre a proposta de criação do Fundo de Preservação das Florestas. Essas medidas deverão fazer parte da Política Nacional de Mudanças Climáticas que o Governo encaminhará ao Congresso Nacional nos próximos dias.

Senhoras e senhores, acredito que estamos num momento de definições. O Governo encaminhará nos próximos dias a Política Nacional de Mudanças Climáticas. Trata-se de um ponto importante para a definição do orçamento e para investimentos. Mas temos que dar passos adiante.

A Ministra Marina Silva, no Ministério, levantou a questão do fundo para a preservação das florestas brasileiras, especialmente da floresta amazônica. Não é possível tentarmos preservar as nossas florestas sem que haja uma compensação a quem está preservando.

Então, a definição de serviço ambiental é importante. Mais do que o debate que estamos fazendo nesta Casa, é importante darmos passos no sentido de concretizar uma política efetiva e de definição legal do que é serviço ambiental, bem como a aprovação de uma lei de política nacional sobre mudanças climáticas.

O Deputado Antonio Carlos Mendes Thame está presente. S.Exa. é autor de uma proposta de lei nessa área. Temos que aproveitar esse debate, esse ambiente em que estamos vivendo. Ambiente e meio ambiente se transformaram em temas nacionais e mundiais. E o Congresso precisa dar ao País essa contribuição.

Parabéns, Serys Slhessarenko, pela provocação deste debate.

Um abraço. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Serys Slhessarenko) – Obrigada, Senador Renato Casagrande.

**A SRA. PRESIDENTA** (Serys Slhessarenko) – Havíamos anunciado a Deputada Jusmari Oliveira, mas o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame chegou em tempo. Portanto, fará uso da palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Logo após, a Senadora Marina Silva e, *a posteriori*, a Deputada Jusmari Oliveira.

**A SRA. PRESIDENTA** (Serys Slhessarenko) – Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presiden-

ta, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, no jornal **Folha de S.Paulo** de ontem, o jornalista Clóvis Rossi, comentando o artigo de estréia da ex-Ministra Marina Silva, que escrevera no dia anterior à sua coluna, estreando uma participação permanente no jornal *Folha de S.Paulo*, o jornalista diz o seguinte, citando outros autores: “*A evolução da realidade econômica, com a financeirização da economia, a autonomização dos mercados financeiros, a transformação do capitalismo industrial em capitalismo patrimonial, a agudização da concorrência mundial e a hegemonia da economia da informação e do conhecimento estão condenando à impotência os poderes públicos*”. Repito: “*Condenando à impotência os poderes públicos*”.

E mais à frente aquele jornalista ainda provoca: “*Quando um político se convence de que não tem poder de influir na história, só lhe resta dedicar-se a relatá-la*”. E conclui: “*Hoje os políticos são meros contadores de história, cuja função é divertir o povo nessa nova transmutação do papel da política na vida moderna*”.

Este é o ponto chave da questão: qual é o nosso papel, qual é o papel do Estado, qual é o papel dos Parlamentares, qual é o papel do Congresso Nacional nas questões relacionadas ao mercado, ao funcionamento da economia e do meio ambiente?

Nicholas Stern, autor de recente relatório sobre mudanças climáticas, relatório que teve grande impacto mundial – causou um grande impacto –, diz que as mudanças climáticas constituem a mais grave falha de mercado na história do capitalismo. Mas pode o mercado falhar? Mercado falha? A mão invisível de Adam Smith não conduz inexoravelmente ao ponto de ótimo? Não há, ainda, mais do que isso? O ótimo de Pareto onde todos ganham? Como pode o mercado falhar? Sim, o mercado falha porque ele é cego com relação às externalidades, com relação aos efeitos colaterais. Ele só vê a planilha de custo. Planilha de custo para maximizar o seu lucro. A planilha de custo para escolher os insumos mais baratos, as matérias-primas melhores e mais eficientes, mais baratas, para produzir melhor e mais barato para ganhar da concorrência e fazer um bom negócio; um bom negócio... Um bom negócio independente dos malefícios colaterais das externalidades que a sua ação cause.

Durante 250 anos, desde a primeira Revolução Industrial, é a isso que estamos assistindo: a implacável ação do mercado com relação às mudanças climáticas. A atmosfera vem sendo carbonizada pela emissão de CO<sub>2</sub>, porque os insumos energéticos – carvão, petróleo e gás – são os mais baratos, ou eram até há pouco mais baratos.

Temos que enfrentar essas distorções, e a única forma de enfrentá-las é através da ação do Estado,

que se dá através de investimentos e de legislação. A legislação brasileira não é boa, não é completa. É um equívoco dizer que nós já temos uma legislação completa e só falta fiscalizar sua aplicação.

A legislação brasileira tem imensos vazios – imensos vazios. Estamos construindo, gradativamente, um arcabouço jurídico; nós ainda não conseguimos corrigir a ação do mercado. A Amazônia está sob a ação do mercado. É o mercado que diz se vai haver mais ou menos devastação; se a floresta deitada vale mais, muito mais, ou vale um pouco mais do que a floresta em pé. E, inexoravelmente, as motosserras vão agindo.

Nós temos que inverter essa dinâmica. Como? Criando incentivos, criando uma economia da floresta, para que a floresta em pé valha mais, para que nós, estimulando o extrativismo, estimulando os frutos da floresta, tenhamos automaticamente uma ingerência sobre o mercado, para evitar que essa devastação se faça automaticamente. Só devemos usar as leis de comando e controle, que exigem um custo altíssimo na sua fiscalização, em casos extremos, para que a lógica dessa legislação de incentivos funcione.

Nó não temos no Brasil uma legislação que permita o patenteamento das descobertas advindas de seres vivos. Por isso, todo esse patrimônio que nós temos, patrimônio genético, não pode ser aproveitado. Um brasileiro, um médico de Ribeirão Preto, percebeu que quando a jararaca mordida uma pessoa a pressão dessa pessoa caía muito, e imaginou que no veneno deveria haver um hipotensor. Descobriu e isolou a fórmula, o princípio ativo, mas, como a legislação brasileira não permite o patenteamento, esse patenteamento foi feito pela Pfizer, no exterior, e criou-se o captopril, vendido com o nome de Capotem, que deu uma fortuna de lucro para a Pfizer – e nós não vimos nada.

Temos que preencher esse vazio na legislação.

Nós assistimos na Rio 92 à votação de duas convenções importantíssimas, a Convenção de Mudanças do Clima, regulamentada 5 anos depois no Protocolo de Kyoto; e a Convenção da Biodiversidade, até hoje não regulamentada em âmbito internacional.

Também nós não temos uma lei eficaz. Nossa legislação de partição de benefícios é insuficiente para estimular pesquisas de empresas nacionais e de universidades, para explorar de forma sustentável, equilibrada e eficaz todo esse patrimônio genético valiosíssimo, que estamos vendo ser destruído a cada ano na proporção e na velocidade de 14 mil, 15 mil, 20 mil quilômetros quadrados por ano de área destruída só na Amazônia.

Este é o momento de aqui, no Parlamento, reformarmos a necessidade de o Governo, através de seu bloco majoritário na Câmara e também no Senado, ter

uma atitude mais rápida, uma atitude mais incisiva com relação a esses problemas que nos afligem.

Hoje, a humanidade passa por 2 seríssimos problemas: escassez de água e aquecimento global. Esses 2 problemas precisam ser atacados aqui no País com racionalidade.

Para encerrar, Sra. Presidenta, quero citar um pesquisador de Harvard, que começou de forma provocante artigo que publicou na Internet. Diz ele: “*Se os dinossauros tivessem sido avisados a tempo de que estava em curso um fenômeno meteorológico, que até hoje não sabemos muito bem qual foi, que poderia colocar em risco a continuidade da espécie – acabar, matar todos os dinossauros —; se eles tivessem sido avisados a tempo, de nada lhes adiantaria, porque eles, dinossauros, nada poderiam fazer. Mas se nós, seres humanos, estivéssemos sendo alertados a tempo de algum fenômeno ambiental que possa colocar em risco a continuidade da espécie ou a qualidade de vida das próximas gerações e não fizéssemos, estaríamos agindo de uma forma mais irracional do que os irracionais.*”

E continua: “*Nós não estamos sendo alertados, estamos sendo bombardeados pela imprensa, pela mídia, com relação a 2 fenômenos ambientais: escassez de água e aquecimento global. Cabe a nós tomarmos, no limite das nossas prerrogativas, todas as medidas para enfrentarmos racionalmente esses problemas.*”

Muito obrigado. Agradeço a oportunidade. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA** (Serys Shhessarenko) – Obrigada, Sr. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

**A SRA. PRESIDENTA** (Serys Shhessarenko) – Com a palavra a Senadora Marina Silva.

Logo após, a Deputada Jusmari e – não está presente, mas está inscrito – o Senador José Nery. Em seguida, a Senadora Kátia Abreu.

**A SRA. MARINA SILVA** (PT-AC. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, Sra. Deputada, em primeiro lugar, eu quero dizer que a realização desta sessão solene em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente nos dá a oportunidade de dizer que já é tradição fazermos não só um dia, mas uma semana de comemoração pelo País afora, mais particularmente envolvendo os diferentes olhares, os diferentes setores, para refletirmos sobre algo que deveria estar presente todos os dias de nossas vidas.

No entanto – e eu comentava um dia desses com um colega Senador, em tom de brincadeira –, acabamos criando até um Dia das Mães para que nos lembrássemos que temos mãe. E o mesmo ocorreu com o

Dia do Meio Ambiente, que, durante tanto tempo ficou relegado a segundo plano.

Sempre digo que os seres humanos são a forma de existência que mais depende das outras formas de existência para poder viver. E essa dependência, muitas vezes, não é assumida com o devido cuidado, e nós nos arvoramos a achar que estamos no controle.

Neste dia talvez seja interessante fazer uma breve reflexão sobre o que, talvez, tenha nos levado de forma equivocada – diz Leonardo Boff – a ter essa percepção antropocêntrica em relação à natureza.

Diz Leonardo Boff que, por sermos herdeiros da tradição ocidental judaico-cristã – nós nos ativemos, do ponto de vista da nossa cosmovisão, à idéia de que fomos postos em um jardim para domar e dominar na Terra tudo o que nela há. E essa estrutura acabou nos fazendo ter essa percepção de que o homem, que depende das outras formas de existência, acreditasse que são elas – essas outras formas – que dependem de nós para existir.

E Leonardo Boff diz, também, que, se tivéssemos sido um pouquinho mais cuidadosos e não tivéssemos ficado olhando apenas para o que talvez fosse mais conveniente, teríamos nos deparado com o Versículo 15 do Capítulo 2 do Livro de Gênesis, que diz: *“Deus colocou o homem no jardim para cultivá-lo e guardá-lo”*.

Logo, se você vai cultivá-lo, por favor, cultive-o com cuidado, guardando esse lugar como a gente guarda a nossa casa ou o tesouro que nos é mais precioso. E não tenho dúvida de que dentro dessa casa o tesouro mais precioso é a vida.

Com uma reflexão emprestada do Frei Leonardo Boff, que cita trecho do livro *“O Carteiro e o Poeta”* ao escrever que *“Poesia não é de quem faz, é de quem precisa”* – como nós não temos a competência, pelo menos no meu caso, de fazer uma reflexão tão brilhante, eu tenho que dar o crédito a Frei Leonardo, pois sinto-me também respaldada pela citação do referido livro –, devo também dizer que preciso o tempo todo da poesia e da filosofia, porque não tenho como dizer que são minhas, como disse Chesterton. Não digo minha filosofia porque não a fiz, digo que é uma filosofia que Deus e os homens criaram, e ela me criou. As boas idéias, a boa prática política com certeza não fomos nós, aqueles que estão comprometidos com esses valores, que fizemos, mas Deus e os homens a fizeram, e ela nos faz, ela nos fez.

É por isso que neste dia eu gostaria de fazer uma reflexão voltada para o desafio que foi apresentado por vários colegas Senadores e Deputados, de que talvez seja um apelo a uma escuta, porque cada um de nós tem uma tendência, em primeiro lugar, de só querer

escutar aquilo que é apetitoso aos nossos ouvidos. Em segundo lugar, de não querer escutar aquilo que de alguma forma nos causa algum sentimento negativo. Em terceiro lugar, além de não querer escutar aquilo que não é apetitoso aos nossos ouvidos, não aprendemos a nos escutar, e talvez esta tribuna seja um lugar para fazer escutar, para escutar e se escutar. E é nessa escuta que quero fazer duplamente do que dizem os meus interlocutores e daquilo que eu mesma digo que gostaria, Senadora Serys Slhessarenko, de parabenizá-la e agradecer-lhe por esta oportunidade que nos dá com esta sessão solene.

O Brasil, tenho dito, é uma potência ambiental. O Brasil tem imensas riquezas naturais e, sem sombra de dúvidas, um povo criativo, inventivo, com uma capacidade fantástica de dar resposta para seus problemas. No entanto, ainda ficamos numa esquina, que diria ética, entre seguir o caminho do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e, principalmente, a sustentabilidade política e ética, e voltarmos às práticas passadas, que digo do tempo da terra sem lei.

Todavia, discordando, em parte, do colega Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, diria que o Brasil de fato tem uma boa legislação ambiental. Digo isso porque os processos são cumulativos. Não podemos ter uma visão niilista nem de fim da história. Nunca teremos uma lei perfeita, nunca teremos uma lei que colocou um ponto final, porque é um processo cumulativo. Leis que eram boas algum tempo atrás já não são hoje, leis que hoje são muito boas ou até mesmo negativas poderão ter uma nova interpretação, uma nova significação no futuro, porque nós assimilamos conhecimentos e processos.

Minha discordância em parte é de que temos uma lei boa, que é fruto do trabalho de diversos Governos, inclusive do Governo de V.Exa., que durante 8 anos teve a oportunidade de aprovar boas leis, como a Lei dos Crimes Ambientais. Mas devo dizer que nesses 5 anos de experiência no Executivo também leis boas foram aprovadas, como a lei de gestão de florestas públicas. Este País explora a floresta há mais de 400 anos, e não tinha uma lei. Essa lei, diferentemente daquelas que apenas estão focadas na questão da regulação, do comando, do controle, tem essa perspectiva, mas principalmente aquela do desenvolvimento sustentável para o uso das florestas.

Agora, há que se combinar, e tenho dito reiteradas vezes as 2 coisas, o combate às práticas ilegais e o apoio às práticas produtivas sustentáveis. É por isso que temos em curso, dentro do Estado brasileiro e no Governo brasileiro, várias ações que são altamente significativas nessa direção. Tive a felicidade de coor-

denar o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que está pronto e foi enviado a esta Casa no Dia do Meio Ambiente. Tive a felicidade de coordenar, juntamente com a equipe do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Recursos Hídricos, que já está sendo implementado e é um diálogo direto com a questão do desenvolvimento naquilo que concerne à utilização do nosso imenso patrimônio em termos de recursos hídricos. Tive a felicidade de trabalhar o Programa de Combate ao Desmatamento, que já foi tratado aqui, de elaborar política para todos os biomas, inclusive uma política de combate à desertificação, no Plano de Combate à Desertificação. Logo, o Brasil tem um conjunto de leis que podem ser aperfeiçoadas, porque não podemos ter a pretensão de colocar um ponto final na história. A história tem uma reticência para que cada homem, assumindo sua competência e coerência, possa escrever também sua parte na história.

Nesse sentido, gostaria ainda de dizer que o esforço desta Casa não tem sido pequeno. Mesmo com suas contradições, com suas diferenças, as leis mais importantes foram aprovadas nesta Casa, neste Congresso Nacional e, diria, com o apoio de todos os partidos. Sempre digo que é possível, em relação à questão ambiental, ter glóbulos vermelhos e glóbulos brancos, de acordo com a necessidade, em todos os partidos, e temos que aprender a manejá-los, para que possamos fazer da causa ambiental uma causa de todos, naquele sentido do que eu dizia de que as coisas que estão acima de nós não podemos ter a pretensão de olhar de cima para baixo, mas de baixo para cima.

Com esse espírito também, devo dizer que o Brasil é um País abençoado com as riquezas que já foram aqui citadas pelos que me antecederam, e às vezes ficamos incomodados, Senadora Serys, demais colegas, com as interpelações que nos são feitas.

Nós somos interpelados em relação a várias questões que dizem respeito à nossa economia, aos nossos procedimentos políticos, sociais, culturais, enfim. Tomo emprestada, mais uma vez, reflexão que vi numa entrevista dada por um psicanalista italiano chamado Contardo Calligaris, que diz que na Europa as pessoas são cobradas e fazem cobranças pelo seu passado. Isso numa perspectiva psicanalítica. E que nos países em desenvolvimento, sobretudo na América Latina, as pessoas se interrogam em relação ao seu futuro. A natureza da interrogação é diferente. Tomando emprestado esse raciocínio, eu diria que do ponto de vista do desenvolvimento econômico e cultural e no que concerne à questão ambiental, nos países em desenvolvimento e particularmente na potência ambiental que é o Brasil, nós somos interrogados pelo nosso futuro, e eles são interrogados pelo passado deles.

Por que são interrogados pelo seu passado? Porque suas florestas de fato foram destruídas, suas populações originárias de fato foram destruídas, sua biodiversidade foi destruída, seus rios foram contaminados, e estão gastando fortunas para poder descontaminá-los. Mas no nosso caso, particularmente do Brasil, a interrogação sobre o nosso futuro nos deixa lisonjeados, porque ainda temos futuro, porque ainda temos 60% de cobertura vegetal neste País, porque temos água potável, temos terra fértil, temos ainda em algumas regiões ar puro, e a interrogação sobre o futuro é uma vantagem, porque o que as pessoas estão dizendo é: o que vocês vão fazer com a floresta de vocês? O que vocês vão fazer com a biodiversidade de vocês? O que vocês vão fazer com os 220 povos que vocês têm que falam mais de 200 línguas? Essa interrogação é uma vantagem diferencial.

Todavia, a resposta não pode se perder de uma forma fraca e completamente inadequada para uma interrogação tão promissora. A resposta fraca e inadequada é dizermos: vocês destruíram as florestas de vocês, e agora não querem que destruamos as nossas. Vocês contaminaram os rios de vocês, e agora nos pedem que não contaminemos os nossos. Vocês acabaram com os povos originários de vocês, e agora nos dizem que devemos demarcar a Raposa Serra do Sol em área contínua. Vocês não cuidaram adequadamente de suas florestas, e agora nos dizem que devemos cuidar dos 7% que restam da Mata Atlântica, dos mais de 80% que restam da Amazônia e do que resta do cerrado e do Pantanal.

Olha, para mim, a resposta certa e adequada é que bom que nós estamos sendo interrogados pelo nosso futuro, porque ele é promissor! O Brasil tem 300 milhões de hectares de área agricultável, 50 milhões em repouso, pode dobrar sua produção agrícola sem precisar mais derrubar um pé de mato. Para isso, é só substituir a tecnologia inadequada que tomou emprestada dos índios, de queimar as florestas, garimpar nutrientes para produzir grãos e carne. Essa tecnologia era adequada para os índios em sua agricultura de subsistência, com uma população pequena, inteiramente adequada. Todavia, para ser o maior produtor de carne, para ser o maior produtor de grãos, há que se mudar a tecnologia. Mas mudar como, Ministra? Senadora, desculpem-me – é um vício de linguagem. Mudar como? Há que se fazer um processo de transição. As coisas não acontecem da noite para o dia. É um processo cumulativo num movimento espiral, em que podemos lançar mão do que temos de melhor da tradição e o melhor da modernidade para atualizar as nossas práticas econômicas e sociais.

Durante 5 anos, incansavelmente, eu falava: não se trata de dizer apenas o que não pode, mas o como pode da forma correta. E o como pode da forma correta é, no lugar de destruir floresta para garimpar nutriente, lançar mão das tecnologias da EMBRAPA para fazer manejo de pastagem, para fazer recuperação de área degradada com espécies de valor comercial, para gerar, inclusive, emprego, renda, valor agregado; é utilizar todos os meios que temos para ressignificar as nossas atividades econômicas.

Digo que é fundamental uma nova narrativa para a economia do Brasil, que começa já com uma grande vantagem: o Brasil tem uma economia que não é carbonizada, como tem a Europa, por exemplo, e os Estados Unidos. Nós temos uma matriz energética 45% limpa. Países desenvolvidos têm apenas 6%; países em desenvolvimento, em torno de 13%. Nossa matriz energética é 45% limpa, com um potencial enorme de biomassa, de eólica, de solar, de hidroeletricidade, com sustentabilidade.

Ninguém está dizendo que o Brasil não deve crescer. Está sendo dito que deve crescer da forma sustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental, político e ético. E talvez a dimensão que precisemos trabalhar, fundamentalmente, seja a dimensão da sustentabilidade política e da sustentabilidade ética.

Que neste Dia Mundial do Meio Ambiente, nesta sessão solene, possamos dar continuidade ao princípio da sustentabilidade política e ética. No caso da sustentabilidade política, sustentam-se as ações que são tomadas pelo Estado para mediar interesses e conflitos. O Estado tem esse papel de assegurar direitos. Não é errado ter interesses diferentes. O erro é alguém imaginar que seu interesse pode se sobrepor ao interesse do outro de forma ilegítima.

Eu não tenho nenhum problema com quem defende os seus interesses. Talvez o problema maior seja com aqueles que camuflam seus interesses. Devem ser colocados claramente na mesa, para que possamos negociar, mediá-los, verificar que ninguém é o dono da verdade isoladamente, admoestar-nos mutuamente. As pessoas se sentem ofendidas quando alguém faz algum tipo de sinalização. A maior parte das coisas que eu aprendi foi pela admoestação.

É melhor o jovem que ainda é capaz de escutar do que o idoso que não se deixa admoestar. Com 50 anos, eu não me sinto ainda como idosa. Tenho todo o respeito e carinho pelos idosos. Minha avó morreu com 90 anos, eu tenho um imenso carinho por ela e por sua memória. Meu pai tem 80 anos. Eu quero chegar aos 90 anos, ou aos 103 anos do meu avô – alguns dos meus adversários no meu Estado ficam preocupados:

*“Puxa vida, será que ela vai viver tanto quanto o avô?”* –, ainda me permitindo admoestar.

Às vezes, a voz, a fala vem da brisa; a admoestação vem do trovão. A admoestação pode vir de qualquer lugar. O importante é que sejamos capazes de escutar. Quando perdemos a capacidade de escutar, também perdemos a capacidade de aprender. Às vezes falo com veemência também, mas, mesmo na veemência, preciso manter a serenidade, a serenidade de que essa luta é maior do que nós e de que o Brasil tem uma oportunidade inédita de criar uma nova narrativa para ele próprio, para a sua economia.

Não nos podemos recusar a trabalhar a certificação para os biocombustíveis. O Brasil tem uma oportunidade ímpar de ser o termo de referência. Que as pessoas possam dizer: *“Biocombustível no mundo tem que ser produzido como é produzido no Brasil, respeitando-se reserva legal, área de preservação permanente, recuperando-se área degradada, recuperando-se nascente, tendo-se eficiência energética, cuidado com o uso da água, depositando-se corretamente os resíduos e utilizando-se a biomassa para a produção de energia”*.

Citei apenas alguns exemplos, que até são muito comuns, são do conhecimento popular.

O Brasil pode criar essa narrativa. As pessoas têm de preferir os nossos grãos porque eles foram produzidos com sustentabilidade; as pessoas têm de preferir a nossa madeira porque ela foi extraída com manejo florestal sustentável; as pessoas têm de preferir o nosso etanol, o nosso álcool, porque ele foi produzido com sustentabilidade.

É assim que nos colocamos no contexto de uma economia globalizada que tem de responder à equação deste século: desenvolvimento com preservação e preservação com desenvolvimento. E nessa equação cabe o olhar, a resposta, a interrogação de todos os setores – indústria, extrativismo, agricultura, órgãos governamentais, comunidade científica –, daqueles que são formadores de opinião.

Aliás, a opinião pública brasileira tem sido fantástica! Ela tem assegurado, tem mantido todas as ações que são tomadas.

Para concluir, só quero dar um exemplo dessa sustentabilidade política.

Há 20 anos, o Chico Mendes foi assassinado. Naquela época se imaginava que seria impossível que o Estado, um dia, pudesse dar proteção a quem estava fazendo empate contra a derrubada da floresta. Em junho de 2005, 480 policiais federais desceram em Mato Grosso e fizeram a maior operação, o maior empate da história contra os crimes ambientais. Setecentas pessoas já foram presas, 1.500 empresas

ilegais foram desconstituídas, 66 mil propriedades de grilagem foram inibidas.

Isso não é algo para celebrarmos. O que temos de celebrar é a agenda do desenvolvimento sustentável, mas temos de celebrar também o combate às práticas ilegais. E, no que concerne às práticas ilegais, tem dado sustentação a sociedade brasileira, não tenho dúvida, às decisões corajosas dos Governos. Eu ficava imaginando: “São 1.500 empresas desconstituídas, 700 pessoas presas! Isso derrubaria imediatamente qualquer Ministro do Meio Ambiente”. Mas a sociedade brasileira, inclusive na Amazônia, bancou. Quando se tentou flexibilizar o debate relativo à questão do licenciamento, a sociedade brasileira bancou o debate e disse: “Nós queremos resolver o problema dos bagres, mas queremos energia, queremos as 2 coisas”.

É por isso que eu disse que a pergunta sobre o nosso futuro não pode ser respondida de forma inadequada. A resposta tem de considerar os 2 aspectos: desenvolvimento com preservação e preservação com desenvolvimento.

Padre Antônio Vieira, um dia, fez um lindo sermão para os produtores do Estado do Maranhão, o *Sermão dos Peixes*, usando como alegoria o sermão que Santo Antônio tinha feito para os peixes, os peixes de verdade, os peixes do mar. Ele, alegoricamente, disse que os fiéis que estavam na igreja eram peixes e fez um sermão, que mereceria ser lido. Ele diz que os peixes grandes comem os peixes miúdos. Se pelo menos fossem os miúdos comendo os grandes, um grande daria para muitos miúdos. Mas, como são os grandes comendo miúdos, haja miúdos!

Nós somos peixes grandes comendo os miúdos – a natureza, a biodiversidade, o microclima – quando destruímos as florestas, cada partícula de vapor, cada partícula, enfim, de vida nesta planeta. Às vezes vamos comendo sem imaginar que esse sermão, escrito há tanto tempo, está altamente atualizado.

Eu gostaria de estar sentada no banco daquela igreja ouvindo o *Sermão dos peixes*. Talvez todos possamos ser admoestados por ele. Infeliz daquele que não se deixa avisar, infeliz daquele que não se deixa admoestar. Quem quiser me admoestar, pode admoestar.

Claro que preferimos, como disse meu amigo Carlos Minc, que isso seja feito com um pouco de respeito e atenção. Mas, quando não é possível, às vezes, até mesmo no brado do trovão, é possível ouvir a admoestação. Não tenho medo do brado do trovão porque me acostumei a ouvi-lo no meio daquela floresta, os raios caindo, os galhos se retorcendo e eu me recolhia perto de uma raiz de samaúma sentindo-me protegida.

Vou tentar fazer o mesmo neste plenário, recolhendo-me ao imenso desejo de aprender. Mas aprender para colocar em prática, porque, neste Dia do Meio Ambiente, o que mais as pessoas querem e o mundo precisa é da liderança pelo exemplo em todos os segmentos, na política, na espiritualidade, na formação da opinião pública, na ciência, nos processos econômicos e sociais, para que não façamos o consenso oco em que todos somos comprometidos com a proteção do meio ambiente. Mas não se traduz isso em atitude. E precisamos estar bastante atentos para algo que considero muito importante, o de que ninguém tem a verdade isoladamente.

Certa vez, quando, num momento difícil, fiz um pequeno poema que, talvez, nem mereça esse nome. Para concluir, vou recitá-lo: “*Sei não se afirmar em voz que clama em meio ao deserto, mas me disponho a estar perto para expandir seu eco. Sei não possuir coragem de morrer por meus amigos, mas me disponho a guardá-lo no mais recôndito abrigo. Sei nem sempre ter a força de amar meus inimigos, mas me disponho a não vingar-me, não impingir-lhes castigo. Sei nem sempre ser aceito o fruto de minha ação, mas me disponho a expô-lo ao crivo de outra razão. Voz, coragem, força e aceitação têm fonte no mesmo espírito, origem no mesmo verbo, lugar onde me inspiro e a semelhança preservo na comunhão com meu próximo no lógos que me encarrego*”.

Que sejamos capazes de ter comunhão uns com os outros e com as outras formas de existência, para que possamos honrar e reavivar o lógos que carregamos, admoestados hoje, eu, principalmente, pelo Sermão aos Peixes do Padre Antônio Vieira. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA** (Serys Shhessarenko) – Obrigada, Senadora Marina Silva. Realmente sua fala inteira é um poema.

**A SRA. PRESIDENTA** (Serys Shhessarenko) – Concedo a palavra à Deputada Jusmari Oliveira e, de imediato, se estiver presente, à Senadora Kátia Abreu e, logo após, como último orador, também se estiver presente, ao Senador José Nery.

**A SRA. JUSMARI OLIVEIRA** (PR-BA. Sem revisão da oradora.) – Exma. Senadora Serys, subscritora da presente sessão do Senado Federal, Exma. Senadora Marina Silva, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, neste Dia Mundial do Meio Ambiente, meu partido, o Partido da República da Câmara dos Deputados, quer associar-se a V.Exa., Senadora Serys, e a todos os que programaram e planejaram este importante evento para fazermos um momento especial de reflexão sobre a nossa responsabilidade e sobre a responsabilidade do Brasil, principalmente perante o mundo, com relação às questões do meio ambiente.

Gostaria, inclusive, como Deputada, de destacar no início da minha fala as ações da Câmara dos Deputados para que sirvam como exemplo às demais instituições. Até porque os russos dizem que quem cuida da sua aldeia estará colaborando com o mundo: *“Cuida da tua aldeia e estarás colaborando com o mundo”*.

A questão ambiental faz parte das preocupações do dia-a-dia da Câmara dos Deputados, e não apenas em seus aspectos legais, pois a Administração da Casa, com a colaboração de todos os servidores de seu quadro, já incorporou essa importantíssima questão ao planejamento estratégico de suas atividades. O meio ambiente já faz parte da cultura da Casa. Todas as ações administrativas e operacionais levam em consideração essa importante vertente da modernidade. E não destacamos as ações da Câmara como vanglória, mas, sim, porque esperamos que essas iniciativas sirvam de exemplo para as demais instituições de todo o País e espalhem seus benefícios em favor de toda a coletividade e, por que não dizer, de toda a humanidade.

Neste dia, falamos sobre o meio ambiente, aliás, temos a responsabilidade de falar sobre o meio ambiente em todos os dias, e não só em todos os dias, mas também em todas as horas das nossas vidas, como representantes públicos do povo que nos elegeu para estarmos aqui. Nunca fomos tão conclamados e tão demandados para refletir sobre a nossa posição com relação ao meio ambiente, especialmente, com relação ao futuro do nosso País, que implica, e muito, o futuro da humanidade.

Os produtores rurais, principalmente os agricultores e agricultoras – eu também agricultora –, nunca fomos tão chamados à responsabilidade de discutir e refletir sobre a nossa posição e sobre a nossa responsabilidade. Produzir alimentos para o mundo que tem fome sem comprometer nossos recursos naturais é algo que devemos buscar por meio da sabedoria dos povos, mas especialmente por meio da sabedoria de Deus. E, como disse a Senadora Marina Silva, especialmente nas admoestações que muitos nos têm feito, particularmente, à humanidade.

Produzir alimentos, produzir biocombustíveis. Não produzir biocombustíveis pelo simples fato de que, de repente, representemos uma ameaça econômica para os demais que já planejaram ser exemplo disso? Quando nós podemos produzir biocombustível respeitando o nosso meio ambiente, como disse também nossa Senadora. Aliás, é tão difícil falar depois dela sem fazer referência a tudo o que ela falou, porque tudo o que quer que falemos terá de ter referência à fala de S.Exa.

Nossa responsabilidade é grande, inclusive, a responsabilidade de pensar o nosso futuro e de pensar todos os biomas brasileiros. Respeito e sei da necessidade de o Brasil, a coletividade, todos os brasileiros e brasileiras pensarem, defenderem, destacarem a questão da Amazônia, até para dar esse selo ao Brasil de responsabilidade com a mata, com aquele bioma mais importante do mundo, não do Brasil.

Mas, como cerradina que sou, Senadora Marina Silva, quero chamar a atenção, como disse, destacando as ações da Câmara e o fato de que quem cuida da sua aldeia estará colaborando com o mundo. Assim, preciso destacar um espaço especial em toda essa discussão para o bioma cerrado, onde vivo, onde vivem meus eleitores e onde vive a minha família. O cerrado é o segundo bioma mais importante do nosso País. Vimos todas as ações promovidas em favor da Amazônia e, em segundo lugar, em favor da Mata Atlântica.

Nesta Casa, temos a responsabilidade de destacar a nossa aldeia, temos a responsabilidade de destacar o cerrado. Com certeza, um celeiro importante para o Brasil, mas que confunde, às vezes, até mesmo grandes autoridades do nosso País que dizem o seguinte: *“Venha produzir no País. Não precisa ser na Amazônia. Temos milhões e milhões de hectares disponíveis no cerrado”*. Isso nos dá medo, isso nos traz preocupação e nos leva a pensar em defender nosso futuro, porque temos futuro, temos um futuro brilhante no cerrado, um cerrado que pode produzir, sim, que pode gerar emprego, que pode gerar renda, mas que pode ser consciente, que pode ser responsável com as questões ambientais, preservando seus recursos naturais, preservando seus aquíferos, preservando sua vegetação natural que aos poucos está sendo comprometida.

Defendemos, nesta Casa, a votação e a aprovação da PEC nº 115 e entendemos a prioridade do planejamento econômico-ecológico para a Amazônia, mas também defendemos a urgência do planejamento econômico-ecológico para o cerrado. Então, em nome de todos os cerradinos do nosso País, apresento a preocupação de que o Brasil e os brasileiros precisem se unir para defender o nosso meio ambiente de forma geral, para que todos nós possamos nos sentir representados.

O Congresso Nacional – o Senado Federal e a Câmara dos Deputados – tem a grande responsabilidade de ser líder nessa discussão, que deve ser feita à luz da verdade, sem hipocrisias e sem peneiras para tentar tapar o sol. Um debate em que coloquemos na mesa cada situação e a necessidade de desenvolvermos economicamente o nosso País, mas prevendo principalmente a sustentabilidade.

Nós, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadoras, anualmente comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente, oportunidade em que celebramos importantes ações e legislações aprovadas e efetivadas pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais e destacamos a nossa responsabilidade com essa ou aquela questão. Do dia, passou-se à semana, mas entendo que nem em um Dia, nem em uma Semana do Meio Ambiente, fomos tão demandados como este ano, em que o debate principal de todos os eventos e de todas as classes sociais, independentemente de cor, religião e poder econômico, foi o meio ambiente.

Felizmente, como disse a Senadora Marina Silva, podemos discutir o nosso futuro. E somos um País que tem futuro, desde que entendamos que ele depende de todos nós e que precisamos assumir esse debate e a busca da soluções definitivas com muita responsabilidade.

Sinceramente, espero que Deus, que nos criou para morarmos num jardim, cultivá-lo e cuidá-lo, nos dê a sabedoria necessária para cumprir essa missão com muita responsabilidade.

Na qualidade de Deputada representante do Estado da Bahia, quero destacar que os baianos e as baianas também buscam esse debate a cada dia. Ainda na semana passada, na minha cidade, Barreiras, fizemos um grande congresso com todas as Secretarias e órgãos envolvidos com o meio ambiente e buscamos, na sociedade, resposta para algumas dúvidas, mas, acima de tudo, respaldo para as ações que devemos fazer na condições de seus representantes.

Agradeço, nobre Senadora, a oportunidade de poder falar neste importante evento, representando o meu Estado e o Partido da República.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Serys Slhessarenko) – Obrigada, Deputada Jusmari de Oliveira.

**A SRA. PRESIDENTA** (Serys Slhessarenko) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (DEM-TO. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, nobres colegas Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, ilustres visitantes, representantes de órgãos ambientais e também do desenvolvimento econômico do País, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar o Presidente Garibaldi Alves Filho por ter criado o Senado Verde e algumas ações importantes que podem fazer diferença e dar exemplo ao Brasil no que diz respeito à economia de energia, à economia de água e à arborização.

Então, quero parabenizar o Presidente por sua sensibilidade e dizer a S.Exa. que tem o carinho e admiração de todos nós.

Sra. Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, a produção agropecuária tem grande importância e função na preservação ambiental. Muitas vezes, podemos imaginar incompatível falar de produção, meio ambiente e preservação ambiental. Realmente, torna-se difícil compreender que, para produzir alimentos, sejamos obrigados a fazer desmatamento. Pode parecer incompatibilidade, quando queremos manter o verde, as florestas, os cerrados, a savana, a nossa Mata Atlântica, haver, ao mesmo tempo, todos os dias, aumento de preços de alimentos e aumento de consumo de alimento no mundo.

Confesso, empresária e produtora rural que sou, saber o quanto é difícil e o quanto nos comove estar diante de um desmatamento. A figura do desmatamento em si, no momento em que os tratores de esteira avançam pelas propriedades e derrubam as árvores, Sra. Presidenta, é uma fotografia horrível, não é algo bonito de se ver.

Todos nós somos ambientalistas por natureza, todos nós gostamos do meio ambiente, gostamos da paisagem, gostamos do verde – sou apaixonada pelo mar e pelos rios. Não há um cidadão brasileiro que não goste de ver o meio ambiente preservado, os pássaros, os animais ou de alguma outra coisa da natureza em especial. Como disse, tenho paixão pela água. Mas, às vezes, precisamos tirar esse sentimento do peito e fazer o que tem de ser feito, mesmo diante dessa fotografia que não agrada e não convence ninguém. Muitas vezes, precisamos, sim, derrubar árvores para produzir alimentos.

Hoje, isso já não ocorre tanto. Afinal, grande parte deste País já está com as suas áreas desmatadas. Mas, lá atrás, quando começou o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, houve desmatamentos também, ou não seriam esses Estados o que são hoje. E eles se excederam muito nesse desmatamento, chegando praticamente ao ponto zero no que diz respeito a reservas legais e permanentes do País.

Hoje, essa prática está muito mais contida pela atenção ao meio ambiente, tema que se discute no mundo todo. Claro, muito mais contida, muito mais burocrática e muito menos necessária. E, apenas para demonstrar que é muito menos necessário desmatar, Sra. Presidenta, ressalto alguns pontos.

A primeira revolução verde deste País ocorreu quando descobrimos o cerrado, graças ao Sr. Alysso Paulinelli, um dos maiores Ministros que este País já teve. Alysso Paulinelli não só descobriu o cerrado, mas inventou a EMBRAPA e a EMATER. E o cerrado, a EMBRAPA e a EMATER propiciaram ao mundo

uma revolução no que diz respeito à produção de alimentos.

No cerrado, o emprego de tecnologia – fertilizantes e calcário para adubar as terras, máquinas e implementos desenvolvidos nesse período e sementes selecionadas – melhorou muito o plantio tradicional.

Para dar uma idéia de como aumentamos a nossa produtividade graças à tecnologia, Sra. Presidenta – e cito apenas o caso do algodão –, ressalto que, na relação tonelada/hectare de 1970, precisaríamos de 5 milhões e 358 mil hectares para alcançar a nossa produção atual. Hoje, porém, a área ocupada pelo algodão é de apenas 1 milhão de hectares. Sem a tecnologia, precisaríamos aumentar essa área 389% para produzirmos o volume de hoje.

Quando passamos para o milho, vemos que, com a produtividade baixíssima que tínhamos em 1970, para produzir a mesma quantidade de hoje, precisaríamos de 41 milhões de hectares – e o milho só ocupa 14,5 milhões de hectares atualmente.

No caso da soja, sem tecnologia, utilizaríamos 40 milhões de hectares; hoje ela ocupa 21 milhões de hectares.

Portanto, aumentamos a nossa produtividade e reduzimos a área plantada. E tanto é assim, Sra. Presidenta, que apenas a soja precisaria de 40 milhões de hectares, mas, hoje, dos 850 milhões de hectares que o País tem, ocupamos apenas 55 milhões de hectares para produzir todos os grãos deste País – para a produção de grãos no meu Tocantins, no Estado de Goiás, no seu Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, enfim, em todos os Estados.

Mas, agora, as vantagens que mencionei há pouco – a tecnologia, as máquinas, os fertilizantes, o emprego de calcário etc. – vão se esgotando.

Estamos diante de uma segunda revolução verde. E precisamos mudar as nossas armas, os nossos instrumentos, no passado tão eficazes, mas que estão esgotando o solo. Precisamos produzir mais alimentos e a preços mais baixos e, por isso, precisamos de tecnologia para aumentar nossa produtividade ainda mais.

Para tanto, só temos um caminho, o caminho que o mundo inteiro está trilhando há mais de 10, 12, 15 anos, enquanto ainda estamos na época do carro de boi: a engenharia genética. Eu não consigo entender – mas procuro respeitar as opiniões diversas – como alguém que quer preservar o meio ambiente pode ser contra a transgenia. Usam-se muito menos defensivos na produção transgênica, especialmente na plantaçãõ de algodão, do qual o Estado de V.Exa. é o maior produtor nacional, Senadora.

Apenas na produção de algodão, metade do custo, quase 50%, é relativa a defensivos, herbicidas, fungicidas, produtos que são jogados na natureza. Para plantar algodão transgênico, é necessário uma quantidade quase 5 vezes menor de defensivos. Sinceramente, quero ser convencida do contrário, porque não consigo entender essa lógica. Para continuarmos produzindo muito mais no mesmo terreno, precisamos de transgenia, precisamos de engenharia genética.

Os Estados Unidos conseguem nos bater feio em produtividade de milho. Enquanto nós produzimos 2.500, 2.700, no máximo 3.000 quilos por hectare, nos Estados Unidos são 14.000 quilos por hectare. Isso se dá não se dá por meio de mágica, mas de tecnologia. Ou somos favoráveis à engenharia genética ou não queremos preservar o meio ambiente, porque não há outra maneira de preservar o meio ambiente que não seja impor aos produtores rurais o uso de mais tecnologia, pesquisa e ciência para produzir mais na mesma área, ou seja, para produzir maior quantidade sem desmatar nem mais um palmo de chão.

Nós, o Brasil, somos o grande remédio do mundo para esse mal terrível que é a fome, um mal que abala vários países e que está piorando por conta do preço dos alimentos. A população mundial vai chegar a mais de 2 bilhões de seres humanos, nos próximos 25 anos, o que vai demandar quase 3 bilhões de toneladas de alimentos nesse mesmo período. O que é que nós vamos fazer?

Eu preciso de solução para dar a quem represento no meu Estado, uma parcela grande, que é o agronegócio brasileiro. O que vou dizer para essa parcela em relação à urgência de produzir mais alimentos, atendendo a essa demanda importantíssima? Quanto mais gente, mais comida se faz necessário. E compatibilizar a produção com preservação ambiental é essencial para todos nós.

Sra. Presidenta, quero apenas demonstrar que, se nós estivéssemos nos patamares de desenvolvimento da engenharia genética dos Estados Unidos, do Canadá e da Argentina, que estão anos-luz na nossa frente, poderíamos ter economizado em renda. E quando falo em renda – seu Estado é agrícola, e V.Exa. sabe disso – quero dizer que posso produzir a menor custo e transferir os produtos para as prateleiras e gôndolas dos supermercados com preços igualmente menores.

Os produtores rurais poderiam ter tido uma economia de 4,5 bilhões de dólares apenas na soja. Mas, como nós estamos atrasados mais de 10, 12, 15 anos em relação a esses países que mencionei, só conseguimos economizar 1,5 bilhão de dólares. É este o país que nós queremos? Se tivéssemos mais pro-

duto transgênicos aprovados na CTNBio, órgão que dispõe de cientistas da maior responsabilidade, coordenados pelo Dr. Walter Colli, seu Presidente, o quadro seria outro.

A soja transgênica RR impõe menos 50% de herbicidas; o milho Bt, que foi aprovado a duras penas, depois de anos e anos, proporciona economia de 50% na aplicação de inseticida; o milho RR, também aprovado a duras penas na Justiça – numa disputa teve de ser definida no “Conselhão” de Ministros –, impõe uma aplicação de menos de 50% de herbicidas.

Os Estados Unidos, o Canadá e a Argentina já juntaram o Bt e o RR num só produto. Vejam, senhores: nesses países já há a soma desses 2 milhos que só agora estamos comemorando a liberação para o plantio. Eles estão muito à frente.

A junção dos milhos Bt e RR numa mesma semente proporciona uma economia de 50% de inseticida e de 50% de herbicida e aumenta 5% na produtividade do milho.

Sra. Presidenta, só há uma solução para o mundo. A propósito, apresento um dado da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO: em 2025, teremos de aumentar a produção de cereais em 41% e a de carnes em 42%, para acompanhar o crescimento da população mundial.

Devo ainda falar sobre extrativismo vegetal. Para tanto, repito o que disse ontem: o extrativismo vegetal só funciona quando não dá certo, porque no dia em que se descobre um extrativismo vegetal que dá certo, ele deixa de ser extrativismo e passa a integrar a cadeia econômica, passa a ser empresarial.

E, ao falar de extrativismo vegetal, não posso deixar de me reportar à Amazônia. Disse Evaristo Miranda, um grande pesquisador da EMBRAPA, que a Amazônia tem menos doutores do que a USP. A Amazônia, que tem 500 milhões de hectares, tem menos doutores do que a Universidade de São Paulo.

Poderíamos ter recursos e acessibilidade, mas quem faz o Orçamento Geral da União não são os ruralistas, não são agropecuaristas. Quem propõe o Orçamento Geral da União é o Governo Federal, é o Presidente da República, o Ministro do Planejamento e demais Ministros. E nele não há um centavo sequer para a bioprospecção na Amazônia, não há um centavo para se investir nos produtos fármacos e cosméticos para, aí, sim, poder se falar de substituição, de renda, de produção, de dinheiro e de recursos para as famílias do Amazona. O uso da floresta por meio da biotecnologia seria algo rentável.

Vemos empresas como a Natura e O Boticário investindo – elas próprias – nessa área. Por que não

fazer parcerias com essas empresas brasileiras e mostrar ao mundo que somos um país inteligente?

Se o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético funcionasse, aí, sim, teríamos grandes autorizações para pesquisa de bioprospecção na Amazônia.

Sra. Presidente, pretendo levar o debate para lado, conforme a maioria faz, bastante racional. Não conheço nada que possa valer quando não tem preço. Quando algo não tem preço, não tem valor. Se a soja, que vale de 30 a 40 dólares a saca, se passar a custar 1 dólar, não terá valor. Se algo não tem preço, se não tem valor, ninguém quer.

Enquanto a floresta amazônica, o cerrado, a Mata Atlântica, enfim, todos os nossos biomas não tiverem preço, não terão valor. E qual é o valor econômico disso? É muito simples saber. Qual é o valor de um hectare de soja? Qual é o valor de um hectare em que se produz carne? Não sei se é esse o preço da Amazônia. O que quero dizer com esse exemplo é apenas que, se colocarmos preço em nosso patrimônio, em nossa biodiversidade, com certeza, conseguiremos preservar o meio ambiente muito mais do que imaginamos.

E, quanto a quem pagará essa conta, concordo com aqueles que aqui disseram que o erro dos outros países não pode justificar o erro do Brasil. Concordo plenamente, mas o erro desses países não pode ser deixado como está. Eles têm de recompensar o mundo, têm de ser punidos pelo que fizeram ao não preservarem as suas florestas. Esse erro não pode prescrever. A destruição do meio ambiente não tem prescrição.

Se a União Européia tem hoje 0,3% de mata e o Brasil tem 69% de mata —o dado é do Ministério do Meio Ambiente –, que a União Européia nos pague o preço que a nossa mata vale. E quem vai colocar preço nos biomas brasileiros somos nós.

Que os outros países venham, comprem e façam a compensação do que fizeram em suas terras. Concordo em que não podemos copiar o modelo errado. Não temos que copiar o que eles fizeram, mas nós temos sim que fazer a compensação, porque estamos em desvantagens em relação a eles.

Se permitirmos, Sr. Senador Augusto Botelho, que esses países não paguem nada pelo que fizeram, eles vão ficar infinitamente mais competitivos do que o Brasil. Eles ganharam muito dinheiro com isso. Quanto desmataram suas matas, suas florestas e seus biomas, eles faturaram sobre a produção e por isso são países ricos.

O Brasil poderá ser competitivo com esses países em relação ao lucro exorbitante que tiveram, por não preservarem suas matas ciliares, por não terem reserva legal, pela extraordinária riqueza que a União Européia produziu. Eles têm de compensar financeiramente

ramente sim o Brasil pelo crime cometido contra a humanidade. Nosso País não vai pagar a conta sozinho. A Amazônia é nossa, o cerrado é nosso, todos os biomas da Mata Atlântica são nossos. Eles é que venham nos perguntar quanto custa. Isto é o que deveremos impor a todos eles.

Quero saber qual é o país da Europa, dos Estados Unidos, ou de qualquer lugar deste planeta, que ainda tem floresta preservada, a não ser o Brasil. Refiro-me ao 84% da Amazônia, aos 62% da Caatinga, aos 60% do cerrado brasileiro, aos 86% do Pantanal, aos 41% dos Pampas, no Rio Grande do Sul, preservados.

Desculpe-me se alguém aqui falou 7%, mas sou obrigado a acreditar no Ministério do Meio Ambiente do meu País, que diz que a Mata Atlântica tem 27% de preservação ambiental.

Apenas na Amazônia, que são 500 milhões de hectares, temos 107 milhões hectares de unidades de conservação; 109 milhões de hectares de terras indígenas; 170 milhões de hectares de terras devolutas do INCRA; e existem apenas 120 milhões de hectares em mão e posse dos produtores rurais. Mesmo assim, é imposto a esses produtores, que detêm a posse desses 120 milhões de hectares, que eles só podem produzir em 24 milhões de hectares, porque a reserva legal é de 80%, e já foi de 50% no passado.

O Ministério do Meio Ambiente, há pouco, antes da substituição pelo Ministro atual, fez proposta inteligente, que mencionei aqui, ontem, em meu pronunciamento: alcançar o desamamento zero, uma moratória, mas que regularizasse a questão.

E vamos falar a verdade: tratou-se de uma proposta do Ministério do Meio Ambiente de 50% de regularização dessas áreas.

Aí, sim, estaríamos falando de vida real e não de um sonho. Há uma quantidade enorme de áreas de preservação ambiental no País. É claro que não podemos deixar que o desmatamento aconteça aceleradamente, que cheguemos aos níveis da União Européia, com 0,3% apenas das suas matas preservadas.

Sra. Presidente, mais uma vez repito que a questão de investimentos e de recursos públicos não é função dos agropecuaristas do seu Estado, tampouco do meu. Isso é função do Estado brasileiro. O orçamento para o meio ambiente, ano passado foi de 2,8 bilhões de reais, mas só foi destinado 1,3 bilhão de reais; o setor de meio ambiente só se usou 1 bilhão e 3 milhões de reais. E por quê? Por causa dos cortes, dos contingenciamentos, do superávit primário. Enfim, não quero entrar no mérito da questão, não quero discutir os motivos por que houve esse contingenciamento. Agora, em 2008, o orçamento para o meio ambiente é de 3 bilhões de reais, mas só foram pagos – e já es-

tamos no meio do ano – 15% do montante, ou seja, 440 milhões de reais.

É este o País que queremos? É esse discurso que faz o Presidente da República ao falar que se preocupa com o meio ambiente, gastando 15% de nada mais, nada menos, do que 3 bilhões de reais, que nada significa para um bioma do tamanho do que tem o Brasil?

Defendo e discuto uma tese que considero da maior importância. O Ministério do Meio Ambiente não teria que existir isoladamente. Ele teria que fazer parte do Ministério do Planejamento. Seria a única forma de impormos a todos os Ministérios, a todos os orçamentos de todos os Ministros a questão ambiental.

Aí alguém poderia perguntar: V.Exa. gostaria do contrário, que o Ministério da Agricultura fosse para o Ministério do Planejamento? Eu adoraria que isso acontecesse. Daria o meu apoio para que o Ministério da Agricultura fosse para o Ministério do Planejamento. Aí, sim, teríamos um privilégio, teríamos uma prioridade máxima. Para todas as políticas e gastos o Ministério Planejamento é quem faz os orçamentos dos Ministérios. Assim, ele iria impor a cada um deles que nenhuma estrada, cidade ou casa popular fosse construída sem considerar o meio ambiente.

Agora, pelo menos que integrasse o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Cidades, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Reforma Agrária, o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério de Indústria e Comércio, o Ministério dos Transportes. O Ministério do Planejamento seria o grande gestor, que obrigaria que as políticas públicas acontecessem com relação ao meio ambiente.

Mas não é isso o que estamos vendo. Vemos um Ministério da Agricultura enfraquecido – muito enfraquecido, e não só neste Governo, mas ao longo de Governos anteriores – assim como o Ministério do Meio Ambiente, extremamente enfraquecidos. Portanto, sugiro que esses 2 assuntos – produção de alimentos e preservação ambiental – vão para o Ministério do Planejamento deste País.

O agronegócio significa, nada mais, nada menos que um terço dos empregos, um terço das exportações e um terço do PIB, e nada pode ser produzido sem considerar a questão ambiental. Temos que andar juntos, não podemos ser adversários, não pode haver um “x” no meio de ambientalistas e ruralistas. Isso é coisa do passado, é coisa antiga. Não vamos chegar a lugar algum com essa divisão de classes.

E não vamos ser hipócritas, não vamos esquecer as cidades. Vejo pouquíssimos debates com relação às cidades. Cadê o Ministério das Cidades? Eu posso jogar nos rios do Brasil 80% do esgoto da população *in*

*natura*. São fezes. Ou seja, 80% das fezes dos seres humanos deste País vão para os rios do Brasil. Isso é muito pior do que muita coisa que estão impondo ao campo brasileiro.

E as cidades que não têm os lixões, como costumamos dizer? Simplesmente no meu Estado há Prefeitos desesperados sendo cobrados pelo Ministério Público Federal, e com razão, por conta da implantação dos lixões, dos aterros sanitários, e os Prefeitos não têm dinheiro para isso. O Poder Público, o Ministério das Cidades é que tem que implementar. Eu sei que se está implementando aterro sanitário em várias cidades – tanto o Ministro atual quanto o Ministro do Governo anterior. Mas precisamos de mais pressa com relação a isso.

E as emissões de CO<sub>2</sub>, com os carros e ônibus nas grandes cidades, nas grandes metrópoles? O que vamos fazer com isso? O que pretende fazer o Ministério do Meio Ambiente com tudo isso? E a ocupação das reservas, das áreas de preservação permanente? Nunca vi uma reintegração de posse pelo Ministério do Meio Ambiente que mandasse desocupar os morros onde estão as favelas nas cidades deste País. Nunca vi ninguém se preocupar com a Serra da Cantareira, que está toda antropizada. Isso merecia uma reintegração de posse pelo patrimônio da União, e nada foi feito.

Acredito, Sra. Presidenta, que o debate não é rural; que o debate não está apenas nas matas e nas florestas, no cerrado. O debate também está nas cidades. Não é com preconceito e com ataques que vamos vencer essa parada. Não é com discursos inócuos que vamos vencer essa parada.

Tudo bem, eu aceito o discurso político, mas serei Relatora para Assuntos de Integração Nacional e Meio Ambiente, sim. É uma prerrogativa do meu partido. Quem quisesse o Ministério da Integração Nacional ou o do Meio Ambiente, que tivesse feito a primeira escolha. O PT teve direito à primeira escolha, e escolheu a Infra-Estrutura. Por que não escolheu este, se era tão importante? Ao ponto de os Democratas e o PSDB não merecerem essa confiança.

Antes de mais nada, sou mãe, mulher, cidadã, do partido Democratas e produtora rural, sim. E sei fazer muitas outras coisas como Senadora que não só defender o agronegócio, que merece todo o meu aplauso e toda a minha defesa.

Mas, Sra. Presidenta, estou enfrentando um dos maiores preconceitos da minha vida. Sinceramente, fui forjada na área rural. Fui empresária rural por obrigação com o falecimento do meu marido. Fui obrigada a ser produtora rural. Eu sonhava em ser uma grande psicanalista – sou psicóloga. Não tive a oportunidade de realizar esse sonho. Fui presidenta do Sindicato

Rural da minha cidade; fui presidenta da Federação da Agricultura da minha cidade. São anos e anos na luta em prol do agronegócio, e isso não me envergonha, absolutamente. Praticamente 90% da minha convivência é masculina, por estar num setor extremamente machista. Hoje sou Vice-Presidenta da Confederação Nacional da Agricultura. Nunca sofri preconceito dos homens do campo – se tivesse sofrido, não tinha chegado onde cheguei – e estou sofrendo um preconceito neste momento com relação à minha Relatoria para Assuntos de Integração Nacional e de Meio Ambiente dentro do Orçamento para 2009. Ninguém conversou comigo, ninguém quis saber a minha opinião, ninguém quis discutir comigo ainda a LDO. Pois eu já levantei pontos na LDO, que são da maior importância, para serem debatidos.

Não quero aqui fazer média e não sou sabujo de ambientalistas, que querem me agredir e fazer abaixo-assinado. Será muito pior esse tipo de atitude, não para mim, absolutamente. Estou acostumada a enfrentar dureza. Já perdi meu marido; já enfrentei a morte; já enfrentei o trabalho pesado na roça. Abaixo-assinado de preconceituosos!? Isso, para mim, é moleza. Meu partido me entregou essa confiança, essa função.

Alguns, quando fui Relatora da CPMF, torceram o nariz imaginando que eu não ia dar conta. Claro que não dei conta sozinha. Os Senadores, Senadoras, economistas do País me ajudaram. Dediquei-me profundamente, estudei a matéria. Tentei honrar a Casa que represento; tentei honrar o Tocantins, que represento.

Portanto, não aceito esse tipo de preconceito. Venham primeiro conversar comigo. Não aceito discurso duplo. Não aceito preconceito contra mulher, não aceito preconceito contra afrodescendente, não aceito preconceito contra minorias. Mas posso sofrer preconceito? Por quê? Porque produzo alimentos? É esse o meu pecado? É esse o crime que cometi para não merecer a confiança de ser Relatora de meio ambiente? É porque sou empresária rural? É porque sou representante de uma categoria que contribui com este País? É este o crime que cometi? Pois eu quero viver eternamente presa, refém desse setor que represento, porque o represento com muito orgulho.

Sra. Presidenta, ainda falando de preconceito, para encerrar minhas palavras, hoje me mostraram um portal chamado *Biotechnologia*, com redação do Greenpeace – olhem o que é o preconceito, vejam como há pessoas de má-fé, que gostam de enganar os outros. Aqui me acusam de estar tentando impedir um projeto que rotula de alimentos transgênicos. Dá vontade de rir. Eu recomendo a esse senhor, com todo

o respeito, que estude um pouco mais, que leia o meu projeto, porque ele não leu.

O que eu quero é que continue, sim, a rotulação dos produtos transgênicos, e isso está na lei. A lei diz que deve ser rotulado o produto transgênico – ou seja, no caso do milho transgênico, tem que estar escrito que é transgênico – ou derivado do transgênico. O derivado, no caso, é o fubá. Agora, o boi, o frango que come aquele milho não vira derivado de OGM não, gente. Como vou rotular um boi, um frango, um porco que comeu milho transgênico? Faça-me o favor! Imaginem chegar em uma pizzaria, pedir uma pizza de frango e lá no cardápio ter que ser dito que aquele frango que está desfiado na pizza, comeu milho transgênico! A legislação não trata disso. A legislação trata apenas do produto transgênico e seus derivados.

Se eu comer milho ou fubá – que, aliás, eu adoro – derivado de transgênico, será que eu viro um produto transgênico? É isso que a proposta impõe. E é contra a falta de inteligência que eu procuro lutar.

Todos os dias eu procuro melhorar a minha *performance*; todos os dias eu procuro me aprimorar estudando, lendo, e não posso admitir a falta de inteligência explícita e de má-fé.

Disseram aqui que eu tenho um projeto que se chama **terminator**. Pois meu projeto continua proibindo exatamente isso. Apenas estou liberando, nada mais, nada menos que a restrição de uso. Se meu projeto for aprovado, nós teremos um milho que trata as crianças do nosso País no que se refere ao crescimento. Poderemos produzir um milho que tenha hormônio de crescimento. Se não houver a restrição de uso, uma criança que não precisa desse hormônio de crescimento poderá comer esse milho contaminado. Por isso é preciso a restrição de uso.

Como posso fazer eucalipto com menos lignina, que é o que dá dureza à madeira? Se eu quero madeira para fazer móveis eu preciso de lignina. Mas se eu quiser madeira para papel não preciso de lignina, e uma não pode se misturar com a outra. Eu preciso da restrição de uso. Estou falando de tecnologia!

Preciso de cana com mais sacarose para aumentar a produtividade, para que se precise plantar em menor área. Se houver a restrição de uso, poderei produzir cana sem floração, o que não atrapalha em nada a produção porque cana não é plantada com semente; cana é plantada com tolete. É mais uma mentira que faço questão, Sr. Presidente, de desmentir.

Com relação ao decreto legislativo que está na CCJ, de minha autoria, tenho algumas considerações a fazer, Sr. Presidente.

Não sou irresponsável. Não aceito – eu, individualmente, e meu voto poderá ser solitário – nenhuma matéria que possa impor ilegalidade.

A Constituição é clara ao dizer, em seu art. 5.º, inciso II, que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”. Decreto presidencial não é lei. Os Presidentes do Brasil estão muito mal-acostumados, principalmente neste Governo, arvorando-se na elaboração de decretos.

Não me interessa se o decreto é por uma boa causa, porque se dou permissão a decretos, um dia eles poderão ser usados por uma má causa.

Temos que ser intransigentes com o cumprimento da lei neste País. Numa avaliação mundial do cumprimento de leis, o Brasil está em nivelamento péssimo, por falta de cumprimento do ordenamento jurídico do País.

Esse decreto impõe que o agricultor faça o seu georreferenciamento, que custa 4 reais por hectare, num prazo absurdo, que é até novembro.

Eu fiz o georreferenciamento na minha propriedade rural, paguei os 4 reais por hectare, e ele levou 6 meses, com trabalho de campo e com a parte que o INCRA pudesse fazer.

E está nesse decreto que o georreferenciamento tem que ser feito nessas condições, do dia para a noite, com a canetinha presidencial. O Presidente tem 380 Deputados e mais de 52 Senadores. Que use a força da sua base de Governo e transforme em lei, que eu serei a primeira a acatar.

Faça a lei estabelecendo que o Brasil inteiro, todos os produtores do País têm que fazer o georreferenciamento, e todos terão que cumprir. Mas por força de decreto, não. Não vamos impor o que a Constituição proíbe. Eu não posso ser obrigada a fazer ou deixar de fazer nada perante a lei. Ou cumprimos isso ou estamos fadados a deixar de lado a democracia e caminhar não sei para que rumo.

Nada justifica o não cumprimento de lei, Sr. Presidente. Nem uma boa-fé, nem uma boa história, nem uma boa flor justificam ir contra o que é mais sagrado no País, que é a Constituição Federal.

Estou com o decreto para ser aprovado na CCJ. Não tenho medo de enfrentamentos. Estou acostumada aos enfrentamentos na minha vida. Faço com convicção e sei argumentar à altura a fim de convencer meus pares, e espero assim fazê-lo.

Se eu não fizer o georreferenciamento no prazo exíguo que está sendo dado aos produtores rurais, que estão com problema de renda baixíssima, vou perder meu CCIR. Se eu não tiver meu CCIR, que é o segundo documento da propriedade rural – o primeiro é a escritura –, não tiro financiamento, não posso vender

a minha propriedade. E isso por um decreto assinado pelo Presidente da República! Qualquer que seja ele – que fosse ele do meu partido –, isso é imoral, é inadmissível.

Não posso agredir o direito de propriedade neste País com a violência que está se vendo todos os dias. Um dia é decreto quilombola; outro dia é decreto de ampliação de terras indígenas, sem serem aprovados nesta Casa.

Ele tem maioria para querer aprovar uma segunda CPMF; tem maioria para aprovar, todos os dias, criação de Ministérios; tem maioria para aprovar crédito suplementar; por que não tem maioria para fazer uma legislação que possa ser cumprida?

Para encerrar, Sr. Presidente, e peço desculpas pela demora, esse decreto – quero falar aos Senadores de todo o Brasil, não só aos da Amazônia –, ao alterar o Decreto nº 3.179, amplia todas essas condições para todas as propriedades rurais do Brasil. Quem quiser fazer a conta, que vá atrás do que acontece pelo Brasil afora, e não só na Amazônia. Veja o que aconteceu com as reservas legais de todo o País e faça a conta de quanto isso custa para ser recomposto. E vamos ver se o Brasil está preparado para enfrentar esse gasto econômico.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

*Durante o discurso da Sra. Kátia Abreu, a Sra. Serys Slhessarenko, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – Com a palavra o Senador José Nery, do Estado do Pará.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho; Sras. e Srs. Senadores; senhoras e senhores que estão na galeria da Casa; mulheres e jovens que, nesta manhã, início de tarde, participam da sessão conjunta do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

O povo da Amazônia não encontra muitas razões para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente porque esse 5 de junho e a Semana do Meio Ambiente, celebrada aqui no Senado Federal, estão marcados pelo impacto do relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais – INPE, divulgado há poucos dias, que dá conta de que a área desmatada na região chegou a 1.123 quilômetros quadradas, em abril do corrente ano, total que eleva a área desmatada de 4.874 quilômetros quadrados, entre 2000 e 2007, para 5.850 quilômetros, de agosto de 2007 até abril de 2008, e aponta para o escandaloso patamar de desmatamento acumulado no último período.

Não por acaso, o próprio Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, obrigou-se a admitir que “o pior está por vir” e que é escassa a probabilidade de que tais medidas – e até agora medidas mais antigas, como a Operação Arco de Fogo, a qual, quero aqui repetir, Sr. Presidente – apoiei e apoio publicamente. Tenho a compreensão de que mesmo o conjunto de medidas efetivadas ou anunciadas não são suficientes para evitar que o desmatamento neste ano seja menor que o observado no ano passado, que a reversão do desmatamento está condicionada à substituição do atual modelo predatório de desenvolvimento da região por um modelo em que a floresta possa ser preservada com o banco genético, e o povo tenha condição de vida melhor. Portanto, iniciativas do ponto de vista do desenvolvimento.

Há justiça nessa declaração do Ministro. E não tenho por que duvidar de sua sinceridade quando faz declaração desse tipo. Mas acho que já é tempo de o Ministro perceber que as medidas que anunciou, para as próximas semanas, não terão outro efeito senão o de atenuar e eventualmente encobrir os desastres ambientais e sociais decorrentes de uma opção macroeconômica já consolidada.

O Governo Lula não apenas não deseja substituir o modelo de desenvolvimento predatório, imposto historicamente à Amazônia, como está explicitamente determinado a expandi-lo e consolidá-lo, porque essa determinação é uma consequência lógica de ser o projeto para o País.

Em meados do sexto ano de Governo, desde a primeira posse de Lula como Presidente da República, já não faz sentido muita ilusão de perspectiva governamental diferente, fundada no desenvolvimento social muito justo e ambientalmente sustentável da Amazônia e do País.

Quero ressaltar o importante papel da Senadora e Ministra Marina Silva na tentativa de fazer com que o Governo incorporasse a vertente ambiental com uma política de Estado transversal, obrigatória, para implementação de área em todos os órgãos de Governo e em todas as políticas públicas.

É triste constatar que muitos esforços do Ministério do Meio Ambiente foram combatidos por membros do próprio Governo, como se não bastasse o combate aberto e terrível feito pelos adversários do desenvolvimento sustentado, expresso nas mais desastrosas declarações dos seus representantes.

Os representantes do poder econômico não são da Amazônia. Aos representantes de um modelo de desenvolvimento não importam o direito humano, o direito à vida, o direito ao ambiente adequadamente correto,

ambientalmente justo, mas, e sobretudo, o lucro e a preservação dos seus interesses de classe.

Portanto, é o atual modelo de desenvolvimento a qualquer custo, com sua face predatória, que está nas raízes dos graves desequilíbrios socioambientais que o nosso País atravessa. É por isso que algumas medidas, podemos dizer, de eficácia duvidosa somente realçaram com cores mais vivas o quadro de insustentabilidade atual.

Não é por outro motivo que permanece tão indispensável quanto atual realizar a crítica profunda e decidida aos planos governamentais para a Amazônia e, em particular, algumas obras do Plano de Aceleração do Crescimento – o PAC, que traz em seu bojo a perspectiva de aprofundamento da devastação e da miséria social.

Ressalvo que algumas obras do PAC, sobretudo aquelas ligadas ao saneamento e à recuperação de estradas, hoje intrafegáveis na Amazônia, especialmente no Pará, são obras, sim, necessárias e urgentes, mas algumas, como as hidrelétricas, tanto em Rondônia, como no Estado do Pará, no Tocantins, todas são iniciativas que não zelaram minimamente pelo respeito ao meio ambiente, mas principalmente não zelaram pelo respeito às populações tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, que serão brutalmente impactados pela violência de iniciativas que já se demonstraram insustentáveis, basta ver o exemplo de Tucuruí, no Pará, e de Balbina, no Amazonas.

Portanto, o Governo oferece à Amazônia outra perspectiva, além da devastação e dos saques de suas riquezas naturais, com prejuízos sociais irreparáveis para os povos indígenas, comunidades tradicionais e maiorias urbanas, pois é sabido que o desmatamento e a miséria caminham juntos nas áreas em que esse modelo de desenvolvimento mais plantou raízes e prosperou.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o exemplo da Companhia Vale do Rio Doce é emblemático. Vejamos, a título de ilustração, o cenário dramático da região de Carajás, no coração do Pará, que opôs extraordinária geração de riqueza e negação sistemática dos direitos humanos e sociais da esmagadora maioria da população.

A produção de milhões de toneladas de minérios para exportação pela Companhia Vale do Rio Doce, com o benefício da renúncia fiscal proporcionada pela Lei Kandir e da baixíssima alíquota de contribuição financeira pela exportação mineral e das cadeias produtivas ensejadas pelos produtos da companhia, não deixam dúvida sobre quem ganha e quem perde com

esse tipo de desenvolvimento enaltecido e estimulado ao longo de décadas.

O potencial destrutivo da atividade mineral pode ser atestado em todas as áreas onde estão sendo executados projetos da Vale ou de interesse desta, como é o pólo de alumínio em Barcarena, também no Pará, onde ocorre o beneficiamento de minério de bauxita e a produção de alumina e alumínio. Agora, a própria Vale toma para si a prerrogativa de produzir a energia indispensável aos seus planos de expansão, contando com generosos financiamentos públicos, além da hidrelétrica de Estreito, na divisa dos Estados do Tocantins e Maranhão, com capacidade para 1.087 megawatt, pretende construir em Barcarena uma usina termelétrica movida a carvão mineral, com capacidade para 600 megawatt, para entrar em operação em 2010.

A Vale entende que, diante das dificuldades para obtenção do licenciamento ambiental para a construção de hidrelétricas, deve utilizar uma fonte alternativa de energia, recorrendo ao carvão mineral importado da Colômbia ou de Moçambique.

Era o que faltava em matéria de audácia predatória de parte de uma empresa privatizada várias vezes abaixo do valor em que estava avaliada e que se tornou a maior empresa da América latina graças à permissividade do Governo brasileiro.

A mineradora pretende, agora, convencer a opinião pública de que a geração de energia com o uso de carvão mineral, método apontado internacionalmente como o de maior potencial poluidor, é o caminho mais adequado para assegurar a manutenção do fluxo contínuo de fornecimento de energia abundante e barata a seus empreendimentos.

Felizmente, o Ministério Público do Estado do Pará expediu recomendação à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, no sentido de que determine a rejeição dos estudos apresentados e indefira o pedido de licenciamento ambiental da usina termelétrica de Barcarena.

A recomendação deve-se à sua conclusão de que as atividades de implantação e operação da usina implicarão riscos e danos de elevado custo para o meio ambiente e para a sociedade. Os promotores de justiça afirmam que os estudos do impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental apresentados pela Vale não contêm todas as informações e dados necessários à sociedade e aos cidadãos interessados na avaliação de viabilidade ambiental.

A medida contribui, de forma extraordinária, para a formação e a generalização da consciência social indispensável de que é possível e imperioso barrar a ofensiva destruidora do capital predatório e edificar um novo modelo de desenvolvimento que concilie desen-

volvimento econômico com a preservação da biodiversidade, a exploração sustentável das monumentais reservas minerais e a valorização dos conhecimentos dos povos tradicionais, um modelo que garanta a posse da terra e os direitos sociais e humanos.

A consciência que ensejou a realização do Encontro Xingu Para Sempre, em Altamira, no Pará, com grande participação de lideranças indígenas e um número crescente de manifestações em defesa do meio ambiente e dos recursos naturais, dá o verdadeiro significado para o dia internacional do meio ambiente na conjuntura atual. O dia é de luta e não de comemoração.

Aproveito a oportunidade, no dia de hoje, para manifestar minha irrestrita solidariedade ao ex-Deputado Federal do PSOL do Ceará, João Alfredo Teles de Melo, que está sendo processado pela Sra. Daniela Valente, Secretária do Meio Ambiente da Prefeitura pequista de Fortaleza, por meio de um ilustre instrumento denominado Ação de Pedido de Explicações, Senador Papaléo, que constitui a fase preparatória do processo criminal contra nosso militante e dirigente partidário.

Para aqueles que não o conhecem, João Alfredo é advogado ambientalista, professor de Direito Ambiental, consultor do Greenpeace e ex-Deputado Federal. É a expressão viva da defesa inquebrantável das causas ambientalistas. Tem autoridade e representatividade para denunciar os crimes cometidos contra o meio ambiente e contra os interesses da população nordestina, do Ceará e do povo brasileiro.

Vale ressaltar que esse procedimento tem como pano de fundo uma atuação omissa e equivocada da administração municipal de Fortaleza, que mina o direito à cidade e à qualidade ambiental urbana. Interesses especulativos predominam sobre o direito ao meio ambiente.

Essa retaliação está relacionada com a postura de João Alfredo diante do desmonte de dunas da Praia de Futuro, o aterramento de lagoas, a devastação de área de proteção permanente, bem como o alargamento de vias, circundando o manguezal do Cocó, entre outros.

Portanto, aqui registro a nossa solidariedade ao ex-Deputado e Prof. João Alfredo, contra os ataques daqueles que, por dever de ofício e compromisso com o povo de Fortaleza, deveriam associar-se às suas iniciativas, para preservar as condições ambientalmente corretas, os recursos naturais da capital fortalezense e não à perspectiva de perseguição, de intolerância para quem não abre mão do seu direito e da sua obrigação de lutar em defesa de um meio ambiente equilibrado. Que o desenvolvimento não seja a desculpa para devastar de forma inseqüente e irracional.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Senadores, homenagear todos os militantes, todas as entidades, instituições e governos, em âmbito municipal, estadual ou de alguns países do mundo. Homenageio aqueles que estão nos Parlamentos têm a exata noção do desastre, não só anunciado, mas já manifesto pela revolta da natureza com os crimes que se cometem contra o meio ambiente e, evidentemente, têm levado a fatos que, sem dúvida, têm marcado a sociedade e o povo em várias partes do mundo.

Homenageio os que não se dobram, os que não se ajoelham diante das ameaças, das perseguições.

Com certeza, Sr. Presidente, alguns oradores enaltecem desta tribuna o desenvolvimento americano – aliás, americano seria toda a América –, para ser mais claro, estadunidense, enaltecem o desenvolvimento dos países europeus, querendo que aquele modelo que lá imperou, que devastou, que acabou com suas florestas e seus recursos naturais seja o mesmo aqui adotado. Portanto estão com razão aqueles e aquelas que não se dobram, que não se cansam de denunciar, que não se cansam de lutar.

Por isso, o Dia Mundial do Meio Ambiente é de luta, para acabar com a hipocrisia de um discurso falacioso e falso de muitos que dizem respeitar a vertente ambiental em seus empreendimentos, em suas ações, em seu trabalho, seja no campo, seja na cidade. Pura hipocrisia, porque, na verdade, tentam, com seus discursos falaciosos, repito, encobrir os crimes cometidos cotidianamente.

Portanto, o povo brasileiro, a Amazônia, em especial o Estado do Pará, que represento nesta Casa, têm a obrigação de desnudar, de desmascarar, de apontar que o discurso falacioso de um desenvolvimento fácil, predatório, desumano e criminoso não passa de intenções pouco condizentes com a realidade.

Assim sendo, cabe ao Congresso Nacional rejeitar todas as medidas como essa que quer, de forma autoritária, impedir que operações de fiscalização prossigam na Amazônia, como a Arco de Fogo, que inclusive não é suficiente para combater o desmatamento, mas é pedagógica e importante.

Querem aqui, de forma autoritária, passar por cima da Constituição, anular um decreto que garante a fiscalização, decreto que deveria ser até ampliado para ser muito mais contundente.

A convocação da consciência ambientalista, do Democratas, dos que lutam e defendem os direitos humanos é para que o Congresso Nacional, Câmara e Senado, não permita qualquer retrocesso daquilo que já acumulamos em termos de vitórias relativa à legislação que garante a proteção do meio ambiente

e sinaliza a direção do meio ambiente com o desenvolvimento sustentado.

Este é o apelo, esta é a voz que deve ter aqui consequência prática. Não adianta eu fazer um discurso da tribuna e na hora do voto, Sr. Presidente, chancelar medidas que comprometem os avanços por nós conquistados com suor, sacrifício, morte e violência.

Este é o chamado e estes devem ser os compromissos dos que querem um Brasil mais justo, socialmente equilibrado e ambientalmente correto. Essa é a tarefa. Quem quiser, pode se somar a ela, mas quem não quiser, continuará apoiando e votando aqui contra tudo e contra todos, por não ter compreendido o sentido fundamental dessa luta.

Ou nos preocupamos com essa questão no dia de hoje ou o nosso futuro estará irremediavelmente comprometido.

Com sua licença, Sr. Presidente, concedo, por 2 minutos, um aparte ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – O Senador Papaléo quer falar também. A seguir de S.Exa. o Senador Paulo Paim poderá, em seguida, falar o que quiser.

**O SR. JOSÉ NERY** – Eu havia compreendido que o Senador Paulo Paim havia solicitado um aparte, por isso eu...

**O SR. PAULO PAIM** – Como eu falo em seguida, eu quero fazer um comentário e, na verdade, elogiar o seu pronunciamento.

**O SR. JOSÉ NERY** – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, o esclarecimento e ao Senador Papaléo Paes o próximo orador.

Mas estabelecemos esse compromisso de público com o povo brasileiro, com a nossa consciência e com o Brasil que sonhamos ou o que dissemos aqui não terá sentido algum. Por acreditar que somos capazes de aprofundar as mudanças, a legislação e as práticas ambientais corretas, espero ter muitos motivos para continuar a comemorar e celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – Com a palavra o Senador Papaléo Paes. A seguir, iremos abrir a sessão da tarde. S.Exa. disse que falará no máximo por 10 minutos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB-AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não poderia de fazer uso da palavra neste importante momento, uma vez que sou porta-voz de vários discursos nesta Casa a respeito do meio ambiente e também por per-

tencer a uma região mais preocupante para o País, a Região Amazônica, mais propriamente o Amapá, um Estado que não dá maus exemplos quanto ao seu relacionamento ser humano e meio ambiente. Ele dá bons exemplos, mas nós não podemos deixar de falar sobre a questão brasileira. Por isso convocamos esta sessão solene para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

A celebração acontece num momento de apreensão da comunidade internacional com a sustentabilidade ambiental, revelada pelo aquecimento da terra e pela destruição criminosa da Amazônia, que está a morrer sob os nossos olhos. Essas questões ocupam lugar de primazia na agenda internacional.

O Brasil tem o papel crucial neste debate, por ser o guardião da maior floresta tropical do mundo, a floresta amazônica. São 4,2 milhões de quilômetros quadrados de riquezas e maravilhas naturais, que representam metade do território nacional. Esse tesouro está ameaçado pelo desmatamento contínuo que, há anos, extingue a vida na floresta. Na Amazônia habitam mais de um terço das espécies de animais e vegetais do planeta. Esse lar está sendo destruído pela ação criminosa do homem, que ceifa mais de 10 mil quilômetros quadrados da floresta por ano em queimadas e derrubada de árvores.

Em 2004, quando tivemos o triste recorde de desmatamento, perdemos um território equivalente a uma Bélgica em vida tropical. Apenas no mês passado, um Rio de Janeiro de matas e animais virou cinzas. Esse absurdo não pode mais continuar, Sras. e Srs. Senadores. O revoltante é que o processo voltou a se acelerar nos últimos meses. O Sistema de Monitoramento da Amazônia apontou, recentemente, que a velocidade do desmatamento aumentou em 10% no último ano. A situação mais grave está no Mato Grosso, onde a ação do homem desrespeita a natureza sem piedade, mas a destruição da Amazônia ocorre, infelizmente, em todos os Estados, inclusive no meu Amapá.

Se não tomarmos medidas urgentes para reverter essa tendência, o destino inevitável da floresta amazônica será o mesmo da Mata Atlântica, hoje apenas um triste resquício da exuberância de outrora. Da Mata Atlântica restam apenas 7% da paisagem original que bordejava o litoral brasileiro do Nordeste ao Sul do País.

A questão amazônica é muito mais do que apenas ambiental. Envolve a população que vive na floresta e suas alternativas de trabalho, envolve a sustentabilidade climática mundial e envolve, ainda, a questão indígena como, por exemplo, os recentes conflitos ocorridos na Reserva Raposa Serra do Sol. Envolve finalmente a

definição das fronteiras e a segurança nacional, bem como o respeito ao patrimônio e à cultura do País.

Aqui no Senado, Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, estamos atentos ao tema e discutimos várias matérias que regulamentam o assunto, mas nossa atenção não pode se restringir ao debate e à votação de proposições legislativas que, conquanto importantes, não são suficientes. Temos que nos engajar na busca do desenvolvimento equilibrado com o meio ambiente. O exemplo precisa partir de nós. Por isso, fico feliz com a iniciativa que esta Casa, o Senado Federal, Senador Paim, tem tomado, como o Programa Senado Verde, que mostra, mais uma vez, que o Senado Federal, muito acusado de ser refratário a mudanças, tem um olhar para o futuro. Estamos, de fato, fazendo a nossa parte, não apenas ao homenagear esta data, mas promovendo ações preocupadas com a sustentabilidade e com sua repercussão sobre o mundo em que vivemos.

O Senado Federal foi o primeiro órgão público do Distrito Federal a substituir, no abastecimento de sua frota de ônibus, caminhões e utilitários, o diesel tradicional pelo *biodiesel*, que é extraído do óleos de dendê, soja, palma, babaçu e mamona, muitos retirados da Amazônia. A mudança da matriz energética ocorre sem ônus adicional aos cofres públicos. O contrato prevê o pagamento do mesmo preço do diesel tradicional.

Sr. Presidente, o *biodiesel* é ecologicamente mais adequado porque reduz as emissões de boa parte do gás carbônico produzido pela combustão. Como sabemos, o gás carbônico é o principal responsável pelo aquecimento global, e reduzir o nível de emissões é extremamente importante para controlar o fenômeno. Além disso, há uma repercussão social direta nas comunidades carentes da Amazônia, que estão ligadas à cultura das matrizes produtoras desses combustíveis. Afinal, sustentabilidade também significa distribuição de renda e de alternativas econômicas para os mais necessitados.

O Programa Senado Verde, contudo, não se resume à utilização de combustíveis menos poluidores. Também fazem parte dele outras ações como a Ordem do Dia Eletrônica, que economizou toneladas de papel utilizadas diariamente em nossos trabalhos. A edição do *Jornal do Senado* também passou a ser produzida em material reciclado, bem como o material para expediente dos gabinetes. Muitas outras ações do Senado Verde estão a caminho. A coleta seletiva do lixo produzido no Senado é uma desses exemplos. Todos nós passaremos a separar o lixo seco do lixo orgânico para facilitar o processo de reciclagem e o aproveitamento do material descartado. O lixo seco será doado às as-

sociações de agentes ecológicos da Vila Planalto, que é outra medida de significativo impacto social.

Eu, Sr. Presidente, quero parabenizar a Senadora Serys Slhessarenko e a servidora Mariângela Cascão, que coordena o Programa Senado Verde, bem como todos os servidores envolvidos no projeto.

Que o exemplo do Senado contamine, no bom sentido, a sociedade brasileira, que tem se mostrado mais alerta com as questões ambientais. Precisamos salvar a Amazônia, precisamos salvar o mundo e poderemos começar com atos simples como o que o Senado está praticando com esta intenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – O Sr. Flexa Ribeiro enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**DO SENADOR FLEXA RIBEIRO (P5DB - PA) –**

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, o Brasil consagra o período entre os dias 30 de maio e 5 de junho a Semana do Meio Ambiente. O Decreto de 1981, que instituiu esta efeméride, deriva da proposta de consagração do dia 5 de junho ao Meio Ambiente, feita pela ONU, em sua reunião de Estocolmo, em 1972.

Neste ano, essa comemoração se reveste de particular importância, em face das importantes polêmicas sobre proteção ambiental que envolvem o Brasil e a comunidade internacional.

Estamos, hoje, no centro de uma enorme controvérsia misturando Floresta Amazônica, etanol, desmatamento e segurança alimentar. E isso para falar apenas da ponta do *iceberg* que é continuamente repercutida na mídia nacional e internacional. Há muito mais, tanto em questões internas como externas ao Brasil.

Na cacofônica discussão que se armou, o Brasil tem sua importante parte de responsabilidade. É sobre esta responsabilidade que desejo refletir, aproveitando a oportunidade de que os ouvidos

estão mais sensíveis para escutar e entender questões difíceis nesta semana dedicada ao meio ambiente.

O Brasil é hoje o centro das atenções nas questões ambientais. Primeiro, pela vastidão e importância planetária de nosso ecossistema. Segundo, pela importância econômica mundial de nossa agricultura e da produção de biocombustíveis. Apenas por essas duas razões incomodamos e preocupamos o mundo todo. Incomodamos porque temos um nicho de atuação em que somos os melhores. Preocupamos porque uma nova potência econômica mundial é sempre mais

concorrência e mais poluição ambiental, pelo menos no pensamento de muitos dos que não nos querem fortes e desenvolvidos.

Senhoras e Senhores Senadores, a resposta brasileira de afirmação, tanto interna quanto externamente, depende de nós mesmos. Precisamos, com urgência, dominar as informações e as tecnologias necessárias ao estabelecimento de políticas ambientais coerentes e consistentes, que possam combinar, saudavelmente, economia e meio ambiente. De outro modo ficaremos na posição defensiva, interna e externa, que nossos dirigentes tem apresentado até aqui.

Uns se preocupam por justas razões — querem que o Brasil encontre caminhos saudáveis de desenvolvimento, sem prejudicar o espaço vital da espécie humana. Suas preocupações devem ser respondidas com projetos de exploração de nosso bioma centrados na sustentabilidade. Podemos fazer isso se formos responsáveis.

Outros, por motivos menos louváveis, não desejam que o Brasil domine sua biosfera e se torne uma potência mundial na área de biocombustíveis. A esses nossa resposta deverá ser a pujança de nosso crescimento, a firmeza de nossa posição no mercado internacional, a força de nossa capacidade de autodeterminação.

Sem dúvida, Senhoras e Senhores Senadores, qualquer que seja o lado da questão que se olhe, qualquer que seja a motivação da discussão, o Brasil estará, ainda por um bom tempo, no olho do furacão. Será necessário que demonstremos, interna e externamente, que somos capazes de agir, de agir com firmeza, de agir com rapidez e com coerência para ocupar, desenvolver e explorar nosso território sem causar um desastre ecológico de proporções globais.

A recente saída da Ministra Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente é a demonstração cabal de que mesmo integridade, seriedade e retidão de propósitos não são suficientes para combater e vencer nessa verdadeira guerra mundial. E preciso mais, muito mais e mais forte.

Temos a esperança de que o Ministro Carlos Minc possa combater o bom combate e recolocar as discussões em termos positivos e benéficos para o País e nossa gente.

O certo, e incontornável, e que deverá sempre prevalecer o que estatui o artigo 225 da Constituição Federal: *“todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*.

Senhor Presidente, a organização econômica da sociedade humana moderna não pode mais tratar a Terra como urna fonte inesgotável de recursos e de capacidade infinita de reprocessamento de dejetos. Como argumentou o economista inglês Kenneth Boulding, em publicação de 1966, nós precisamos parar de agir como se vivêssemos numa “economia de caubóis”, com ilimitada possibilidade de expansão de sua base territorial, de suas fontes e de seus recursos, e aprendem a tratar o planeta Terra como se fosse urna “nave espacial Uma nave que e um sistema circular, quase fechado, no qual todo esforço deve ser feito para reciclar os materiais, reduzir dejetos, utilizar racionalmente fontes esgotáveis de energia e voltar-se para fontes potencialmente inesgotáveis de energia como a solar ou eólica.

O tempo em que a natureza era capaz de reciclar os dejetos das espécies animais de maneira autônoma já passou. Ou somos capazes de colaborar com o meio ambiente, preservando-o e dando-lhe condições de se recuperar, ou estaremos fadados a morrer de asfixia dentro de nossa espaçonave terráquea, poluída e inabitável.

A verdade é que temos de lidar com o fato de que o custo dos efeitos da atividade humana na biosfera não pode ficar externo ao circuito econômico, como se não existisse e não devesse ser financiado. Não podemos explorar hoje para que os que virão depois consertem o estrago.

É, pois, crucial reconhecer que nosso sistema econômico, — o mesmo que nos proporciona os bens e serviços necessários ao moderno padrão de vida —, estão sustentado por e não pode operar sem o suporte dos sistemas ecológicos da fauna e da flora e suas inter-relações, e não vice-versa. Ou respeitamos a biosfera ou não viveremos sem ela.

Estabelece-se, pois, no Brasil, um falso conflito entre preservação ambiental e atividade econômica. Na verdade, não haverá mais atividade econômica, num horizonte não muito remoto, se não soubermos proteger o meio ambiente e, para isso, arcar com os inevitáveis custos dessa proteção. Trata-se de internalizar os custos sociais na produção, conceito vastamente difundido e consagrado, mas ainda de difícil digestão para alguns segmentos de nossa economia.

Senhoras e Senhores Senadores, evidentemente, não sou ingênuo em pensar que as enormes pressões que nos advêm do exterior são todas fundadas em boas e saudáveis intenções de proteção ambiental. Há, certamente, fortes interesses econômicos de exploração de nosso potencial natural por trás de muitas das ações engendradas, seja na mídia, seja nos fóruns internacionais de discussão. Não é a toa que vemos, a cada

dia, mais notícias sobre o número de proprietários estrangeiros de enormes glebas na Amazônia.

Tal inequívoca realidade não nos isenta de outra realidade: somos urna das nações com maior responsabilidade interna e externa na proteção ambiental para a garantia do futuro de nossa sociedade humana. Isso é incontornável e irretratável. Temos que enfrentar o desafio e vencê-lo. Não há espaço para indecisões ou tergiversações.

E são muitas as questões as quais devemos respostas: desmatamento, emissão de CO<sub>2</sub>, falta de saneamento, expansão de fronteira agrícola, implantação de projetos de geração hídrica de energia, regularização fundiária na Amazônia, política creditícia para projetos agrícolas com exigência de sustentabilidade comprovada, manejo florestal, exploração de recursos hídricos, secas no Nordeste, enfim, um sem número de questões. Todas colocam a agenda brasileira de desenvolvimento carregadíssima de itens a serem resolvidos com premência.

É preciso, Senhor Presidente, que o Brasil acorde, finalmente, para a discussão abrangente de seu modelo de sustentabilidade. Se não o fizermos, estaremos nos jogando dentro do caldeirão e com sérias dificuldades para dele sair.

Enquanto continuarmos a postergar as definições indispensáveis, novas e complexas questões virão se agregar a já pesada agenda ambiental brasileira. Basta ver o incendiário caso das reservas indígenas e suas múltiplas repercussões, inclusive nas questões ambiental e de segurança nacional. E quanto mais rápido crescermos, mais problemas surgirão demandando respostas rápidas.

A medida que o Brasil for avançando sua fronteira de ocupação amazônica, aumentando sua população urbana, ampliando sua atividade econômica, mais e maiores serão os problemas ambientais a serem resolvidos. Não podemos ficar, pois, a espera que eles se apresentem para formular políticas de desenvolvimento sustentado.

É fato, também, que em matéria de legislação ha quase unanimidade de que dispomos de um dos mais avançados sistemas legais do mundo. Todavia, leis não resolvem os problemas pelo simples fato de existirem. Precisam ser aplicadas e obedecidas. E isso, infelizmente, nem sempre é o caso entre nós.

Senhoras e Senhores Senadores, devem os estar conscientes de que a existência mesma da humanidade tem custos ambientais. Toda atividade humana produz transformações no meio ambiente que devem ser valoradas, medidas e avaliadas em terrenos de custo-benefício, na perspectiva de produção de benefícios máximos com custos mínimos e sustentação no tempo. E quando falo de custo não é apenas o custo financeiro direto. E, também, e, sobretudo, o custo social de alteração do bioma em que a atividade repercute, seja ele local, regional ou planetário.

Senhor Presidente, esta Semana Brasileira do Meio Ambiente deve ser rica de discussões. Mas deve ser principalmente rica de deliberações favoráveis ao Brasil e a nossa gente. A entrada de um novo Ministro para a Pasta do Meio Ambiente pode ser ocasião alvissareira para colocar a agenda de discussões em movimento e a das deliberações em prática.

Nobres Senadoras e Senadores parece ter alguma verdade o ditado conservador de que propriedade de todos é propriedade de ninguém. Riqueza que é livre para todos não é valorizada por ninguém. O Brasil de hoje precisa cuidar de suas riquezas, atribuindo-lhes os justos valores econômicos e sociais. Agindo assim, estaremos preparando um futuro sustentável para as gerações que nos sucederão, em conformidade com o preceito do artigo 225 de nossa Carta Magna. Se soubermos aproveitar esta Semana para refletir sobre essas questões e delas tirarmos os ensinamentos e práticas que nos ajudarão a criar um futuro sustentado e saudável para nossa gente, teremos feito da Semana do Meio Ambiente de 2008 um marco na história da Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado Senhor Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB-PA) – Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – Declaro encerrada a sessão conjunta do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

*(Encerra-se a sessão às 14 horas e 9 minutos.)*

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador César Borges (PR-BA)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

## **CONGRESSO NACIONAL**

### **CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

### **COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>2</sup>**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

---

<sup>2</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

### COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)  
Vice-Presidente: Deputado George Hilton<sup>2</sup> (PP-MG)  
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz<sup>2</sup> (PSDB – RS)

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PRAIA <sup>5</sup> (PDT/AM)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. ILDERLEI CORDEIRO <sup>4</sup> (PPS/AC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 05.06.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

## CONGRESSO NACIONAL

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado pela Liderança do PPS tendo em vista a renúncia do Deputado Fernando Coruja, nos termos do OF/LID/Nº 115/2008, de 16.04.2008, lido na Sessão do SF de 17.04.2008.

<sup>5</sup> Indicado conforme Ofício nº 10/08-LPDT, de 04.06.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 04.06.08.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**LÍDER DA MAIORIA**

HENRIQUE EDUARDO ALVES  
PMDB-RN

**LÍDER DA MINORIA**

ZENALDO COUTINHO  
PSDB-PA

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES  
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

MARCONDES GADELHA  
PSB-PB

**SENADO FEDERAL**

**LÍDER DA MAIORIA**

VALDIR RAUPP  
PMDB-RO

**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA**

MÁRIO COUTO  
PSDB-PA

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES  
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

HERÁCLITO FORTES  
DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



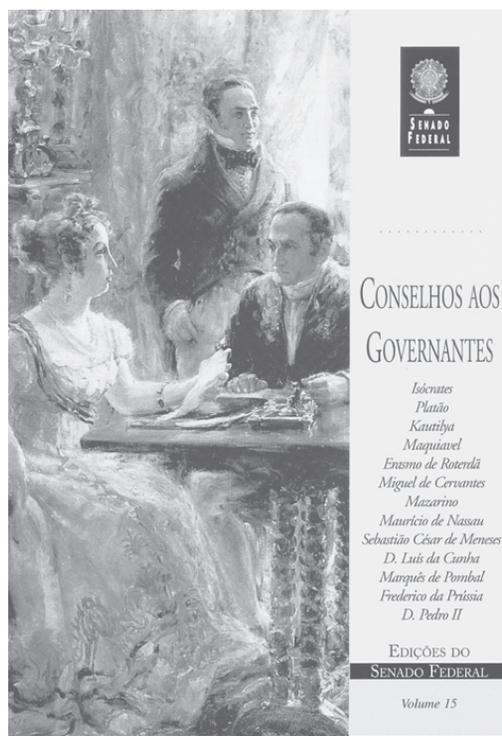
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**



## Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Novo Código Civil Brasileiro

Texto da Lei nº 10.406, sancionada pelo Poder Executivo em 12 de janeiro de 2002, acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, datada de 1975.

**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**



## **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



**EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS**